

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

Cibeles Bottini da Silva

O “Mérito” e as Cotas no Concurso Vestibular da UFRGS

Porto Alegre
Julho de 2009.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

O “Mérito” e as Cotas no Concurso Vestibular da UFRGS

**Trabalho de Conclusão apresentado ao
Departamento de Sociologia da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Sociais.**

Aluna: Cibeles Bottini da Silva

Orientadora: Prof^a Dra. Jussara Reis Prá

Porto Alegre
Julho de 2009.

Dedicatória

Este trabalho é dedicado para quem compartilha minhas idéias e pensamentos, meu melhor amigo, primeiro crítico e maior incentivador: Lucas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu noivo, Lucas, por ter estado comigo nesta difícil jornada, de mais de um ano de pesquisa, descoberta, desilusão, recomeço, interrupções, modificações, espera, e, finalmente encaminhamento deste difícil processo de adequação entre aspirações e estruturas.

Agradeço também à minha filha Sarah, por ter suportado este longo período de ausências e impaciência que a submeti.

Gostaria também de agradecer especialmente à professora Jussara Prá pela fundamental ajuda, pela dedicação e interesse que dispensou a mim e a este trabalho.

Não poderia esquecer de mencionar o agradecimento à professora Naira que, mesmo não dispondo de tempo, se dispôs a me ajudar.

Finalmente, gostaria de agradecer a todos os amigos e colegas que se dispuseram a ouvir as idéias que norteiam este trabalho e contribuíram seja com sugestões ou apoio.

Epígrafe

“A desobediência é, aos olhos de qualquer estudioso de História, a virtude original do homem.

É através da desobediência que se faz o progresso, através da desobediência e da rebelião.”

Oscar Wilde

RESUMO

Este trabalho discute, a partir do debate sobre a implementação das cotas étnico / raciais e sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, os conceitos de "mérito" e "meritocracia" desenvolvidos por "blogs" de grupos contra e a favor desta medida e por outras comunidades virtuais relacionadas a estes grupos. A proposta do estudo é examinar como os termos mérito e meritocracia aparecem no discurso de grupos que ocupam lados opostos no debate sobre as cotas. Através das abordagens dos conceitos procura-se observar as definições apresentadas e a sua importância na avaliação dos grupos sobre a aplicação da medida. A discussão sobre as desigualdades sociais, implícita no debate sobre a política de cotas na Universidade, bem como do papel social da universidade, também é relacionada com a visão destes grupos. A relação entre o que é e qual é o papel do "mérito acadêmico/ escolar" e da "meritocracia" como princípio hierárquico de legitimidade e as desigualdades seja na universidade, seja na sociedade, é o tema observado por este trabalho no debate sobre as mudanças implementadas no processo seletivo do vestibular de 2008.

Palavras Chave: meritocracia, mérito, cotas, vestibular, desigualdades sociais.

ABSTRACT

This work discusses, from the debate on the implementation of quotas ethnic / racial and social at the Federal University of Rio Grande do Sul, the concepts of "merit" and "meritocracy" developed by "blogs" of groups in favor and against this measure and virtual communities associated to these groups. The study proposal is to examine how the merit and meritocracy appears in the speech of groups, which occupy opposite sides in the quotas debate. Through the concepts of approaches, it is sought to meet the definitions and its importance in the assessment of the groups on the measure. The discussion on social inequality, implicit in the debate on the policy of quotas in university and the social role of the university, is also related with the vision of these groups. The relationship between what it is, and which is the role of "school /academic merit " and "meritocracy", as a hierarchic principle of legitimacy and inequality at university or in the society, it is the theme observed in the debate about the changes implemented in the selective process of entrance admission test at college in 2008.

Keywords: meritocracy, merit, quotas, college entrance, social inequalities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 REVISÃO TEÓRICO-CONCEITUAL	14
1.1 Meritocracia e Desigualdade: o discurso e a prática do concurso vestibular	14
1.2 Neoliberalismo e Meritocracia	21
1.3 Mérito escolar e reprodução social, meritocracia e empreendedorismo	28
1.4 Raça	31
2.1 Cotas e “meritocracia” – observações da pesquisa	37
.....	42
2.2 Movimento Estudantil Liberdade	42
“Quem somos: OrdemLivre.org é uma organização não-governamental independente de qualquer vínculo partidário. Fundada sobre os princípios de liberdade individual, mercado livre, paz e governo limitado, OrdemLivre.org promove uma ordem econômica eficiente e uma filosofia política moral e inspiradora por meio de publicações e eventos.”	46
2.3 “Meritocracia” com cotas	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	58
ANEXOS	63

INTRODUÇÃO

Em contextos de desigualdade social, a exemplo dos vivenciados em sociedades como a brasileira, encontramos segmentos populacionais excluídos da maioria dos benefícios concernentes ao bem estar e à valorização social. Enfim, excluídos dos direitos à educação, cultura, saúde, aos melhores empregos e salários. Caso a incluir a dificuldade de acesso ao ensino superior. Consoante a isto são pensadas medidas corretivas ou compensatórias, as denominadas Ações Afirmativas, como as equivalentes ao sistema de cotas raciais e sociais, recentemente implantado em universidades públicas brasileiras.

O cenário desta pesquisa inscreve-se neste contexto e tem como foco o processo de ingresso no ensino superior, referenciando o vestibular de 2008 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Seu objeto de estudo é a argumentação construída em torno da implantação do sistema de cotas sociais e étnico/raciais na universidade. Para tanto, busca-se relacionar o debate em torno das cotas, priorizando o conceito de meritocracia no embate das opiniões contrárias e a favor desses mecanismos.

A definição mais comumente difundida de meritocracia – forma de hierarquização social pela qual se valorizam escolhas e talentos individuais – aparece atualmente nos discursos voltados à atualização das formas de seleção e avaliação de pessoas nas organizações (BARBOSA, 1999). Idealmente pensada, e hoje defendida como contraposição a uma ordem estamental rígida ou a um sistema de privilégios, a meritocracia tem duas faces. Contra uma ordem de privilégios baseadas em parentesco e hereditariedade, como no feudalismo, ou em relações pessoais como as do coronelismo, clientelismo e patrimonialismo. Concernente ao conhecido “Q.I. – quem indica” ou ao “apadrinhamento” - a lógica do “merecimento” apresenta-se como solução igualitária. A meritocracia, com

base no mérito pessoal, distingue indivíduos por suas capacidades e pelo conhecimento formal adquirido (BOBBIO, 2004, 995:997). Desta maneira, propõe-se como princípio de igualdade social, avaliando o resultado das “escolhas” e esforços dos indivíduos independentemente da sua origem étnica, econômica ou social.

O conceito de meritocracia mostra-se oportuno para discutir as cotas neste estudo mediante o questionamento de que o processo seletivo do vestibular, no qual se classifica, segundo a quantidade de vagas oferecidas pelo curso em disputa, quem obtiver maior número de pontos (acertos), não reflete a constituição populacional nas suas divisões sócio-econômicas e étnico-raciais. Desta forma, questiona-se o fato de um processo de seleção, que pode ser enquadrado nas características meritocráticas, propagar a desigualdade ou desigualdades sociais. Derivam daí as questões que norteiam esta pesquisa: de que modo a percepção de “meritocracia” é apresentada nos argumentos lançados pelos principais grupos organizados em lados opostos no embate sobre a implementação do sistema de cotas na UFRGS? A defesa da implementação do sistema de cotas rompe com a “lógica meritocrática”?

Orientada por estas questões, procuro em posicionamentos contrários e favoráveis à adoção de cotas étnico/raciais e sociais a forma e o sentido dos conceitos presentes nesses debates. Visando observar nos argumentos pesquisados sobre a implementação do sistema de cotas na UFRGS as inter-relações com o conceito de hierarquização social e acadêmica, hoje difundido e muitas vezes defendido, procurando ater-me às diferentes concepções de meritocracia e as suas implicações no contexto universitário e social. Isto, com o objetivo de problematizar sociologicamente o debate das cotas, as suas consequências e a sua relação com a caracterização social de mérito, tendo em vista a forma como o conceito é abordado a partir de argumentos concorrentes.

Parto então da hipótese de uma relação entre o conceito de mérito acadêmico e a atual propagada “ode” à meritocracia bem como, de forma correlata, de um posicionamento contrário a ações que, propondo corrigir desigualdades estruturais e históricas, intervenham no processo seletivo do vestibular. Tal posicionamento dar-se-ia pela desconsideração das desigualdades sociais ou étnico/raciais como fator relevante no desempenho de candidatos na disputa materializada nas provas objetivas do vestibular aproximando-se assim a meritocracia da ideologia componente do novo liberalismo. Infiro também que os discursos

de defesa do sistema de cotas não rompem com o princípio meritocrático, apenas o conceituam de forma diferente, levando em conta “as desigualdades” nas quais se encontram os indivíduos.

A realização da presente pesquisa é oportuna por tratar de debate recente e complexo, e de um processo ainda em andamento nas universidades públicas do estado e do país. Situação esta que demandar maior compreensão dos argumentos lançados nos meios de intercomunicação contra e a favor à adoção da política de cotas para ingresso no ensino superior. Ainda mais, quando se observa o foco argumentativo sobre o processo seletivo do vestibular e a correspondente construção de um discurso do mérito individual do candidato. No âmbito da Sociologia, este estudo se faz importante, diante da necessidade de buscar as implicações sociais, políticas e econômicas dos discursos que reivindicam a legitimação do(s) conceito(s) de mérito e meritocracia. Estimo, assim, contribuir para a reflexão sobre o tema na sociedade gaúcha, analisando uma das possíveis estratégias de enfrentamento de importante esfera das múltiplas desigualdades existentes em nossa sociedade.

Para alcançar os objetivos propostos, optei por uma abordagem de natureza qualitativa referenciada na análise do conteúdo das opiniões emitidas pelos grupos que ocupam lados opostos no debate sobre as cotas, baseando-me na perspectiva de Laurence Bardin (1977). Esta técnica (análise de conteúdo), adiante especificada, visa, dentre outros aspectos, desvelar as implicações e relações implícitas nos discursos. Para tal, serão categorizados excertos pesquisados por meio eletrônico segundo o tipo de argumentação apresentada na manifestação opinativa da instauração do sistema de cotas na UFRGS.

O conteúdo a analisar sobre a implementação do sistema de cotas étnico/raciais e sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e sua relação com a meritocracia provém de materiais divulgados em endereços eletrônicos pelo “Movimento Estudantil Liberdade”, de fóruns de discussão em comunidades virtuais, como o “Orkut”, e de comentários em *sites* de notícias, entre eles: globo.com e mídia independente. A opção por esses espaços resultou de várias buscas na Internet e de uma seleção prévia acerca do referido debate. Representando o movimento de defesa das cotas na UFRGS, o site “ufrgsprocotas.noblogs.org” tem seu material analisado focando-se os argumentos vinculados ao conceito de meritocracia. O objetivo da análise é a composição de categorias de argumentação no que tange a relação estabelecida entre o vestibular, as cotas

étnico/raciais e o princípio de mérito. O material em questão foi coletado entre os meses de maio e novembro de 2008.

A partir da pesquisa sobre as cotas e a sua relação com o mérito através das comunidades virtuais (“Orkut”) e nos *blogs* de notícias e comentários (mídia independente e G1) verificou-se a sua relação com o “Movimento Estudantil Liberdade” enquanto pólo concentrador do movimento contra as cotas na universidade e, a favor das cotas, o movimento “Pró Cotas na UFRGS”. Ambos tiveram, a partir do foco da pesquisa, seus materiais disponíveis analisados, constatando-se, no entanto, que para o grupo “Movimento Estudantil Liberdade” o debate entre as cotas e a ideologia meritocrática é uma questão central, enquanto para o grupo apoiador das cotas é um tema secundário.

A fim de desenvolver a abordagem proposta dividi o estudo em dois capítulos. O primeiro é voltado à revisão teórico-conceitual e o segundo, à análise do conteúdo dos debates contra e a favor das cotas. Somando-se a estes capítulos, tem-se um segmento dedicado às considerações finais do trabalho, além desta parte introdutória, na qual se apresentam a contextualização do tema, o problema a ser investigado, os objetivos, as hipóteses e a justificativa do estudo.

O primeiro capítulo está estruturado a partir da construção do conceito de meritocracia em diálogo com as obras de Livia Barbosa (1999) e Denise Gros (2003), abordando as similitudes entre o conceito em questão e a ideologia neoliberal no período histórico de sua hegemonia. A perspectiva da reprodução social é abordada com base na obra de Pierre Bourdieu (1982), focando-se na relação entre a meritocracia escolar e o ensino para o empreendedorismo, nas possíveis relações entre estas temáticas. Apresento também uma menção aos temas das múltiplas desigualdades sociais, nas quais se enquadra o conceito de “raça” (racismo) e o atual debate em torno das cotas étnico/raciais a partir da revisão dos trabalhos de vários autores que abordam o tema em questão (SANTOS, 2003; FERREIRA e MATTOS, 2007; CUNHA *et al*, 2008, PINTO e CLEMENTE, 2006; SILVA, 2003; FACEIRA, 2006).

No segundo capítulo, por meio da bibliografia examinada e do material pesquisado, trato de evidenciar, como parte das críticas proferidas à implantação do sistema de cotas étnico/raciais e sociais, a argumentação de que este sistema feriria o método “idôneo” e “igualitário” do concurso vestibular. Como decorrência, estaria atentando contra a

legitimidade e o “direito” dos mais “esforçados” e mais “capazes”, favorecendo os mais “despreparados”, os que menos estudaram e se esforçaram. Por isso consideram o sistema de cotas injusto sendo, pois, de acordo com a definição de mérito empregada, atentador aos princípios meritocráticos. Abordo também a argumentação favorável à implementação do sistema de cotas em referência ao seu modo de abordar os conceitos de mérito e de meritocracia. Ao final procuro, à “luz” das perspectivas teóricas adotadas, analisar a conexão com o material pesquisado, no intuito de sintetizar as possíveis inter-relações entre o debate estabelecido em torno das cotas e o conceito difundido de meritocracia. Procuro, assim, adentrar na questão das múltiplas desigualdades sociais, ou seja, da realidade aonde se cunham tanto as políticas de cotas quanto o conceito de mérito e a relação de ambas com a realidade do ingresso no ensino superior por integrantes das populações menos favorecidas socialmente.

Para iniciar a discussão acerca da relação entre o debate em torno das cotas e o conceito de meritocracia, faz-se necessário primeiramente revisar o debate em torno do conceito de mérito e suas vinculações dentro do campo das concepções de mundo.

1 REVISÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

1.1 Meritocracia e Desigualdade: o discurso e a prática do concurso vestibular

Meritocracia é a forma ideológica pela qual se estabelecem diferenças sociais hierarquizadas, traduzidas em vantagens para a obtenção de status social e de bens materiais. As sociedades até hoje conhecidas pela história da civilização ocidental caracterizam-se por estruturas desiguais de distribuição de valores ou bens sociais, materializados em prestígio e riqueza material. Todas estas estruturas associaram às atividades ou funções sociais importâncias distintas em razão das necessidades reais e construídas de sua existência. Sociedades que por motivos diversos vivenciam constantes conflitos bélicos, por exemplo, valorizam seus “guerreiros”, os quais também assumem posições politico-administrativas. Estes, por sua vez, detêm terras e delas depende, basicamente, toda produção da existência e o conforto material. Com esta breve exemplificação procuro demonstrar que a hierarquia social não pode ser dissociada da distribuição desigual de valorização simbólica e riqueza material, o que legitima a desigualdade, portanto, tornando-a “justa”.

Esta ideologia pressupõe, para sua coerência interna, uma igualdade natural, assim expressa: “Todos nascemos livres e iguais perante a lei”. E exatamente por isso naturaliza as desigualdades sociais, econômicas, de gênero e psicológicas existentes entre as pessoas. Os indivíduos possuem diferenças biológicas e a sociedade trata de construir as outras.

A ideologia meritocrática premia os detentores de privilégios econômicos, sociais e culturais por sua simples negligência à existência de privilégios. Esta ideologia valoriza ainda aqueles que por ventura nascem com vantagens biológicas (YOUNG, 1958 *apud* BOBBIO, 2004). Apesar da capacidade de aprendizagem ser em muito devedora aos meios propícios para se desenvolver, a meritocracia avaliza capacidades biologicamente adquiridas, quais sejam: mental, física e psicológica. A despeito do peso indiscutível dos fatores sócio-econômicos na realidade social e destes serem herdados pelo sujeito ao nascer, os fatores biológicos, também herdados e desenvolvidos de acordo com a herança

sócio-econômica, são indeterminados pelo sujeito e admitidos como legítimos pela lógica meritocrática. Só isto já tornaria esta lógica contraditória com o seu pressuposto pelo qual o sujeito delibera sobre o seu futuro social através de escolhas racionais.

A idéia de mérito é anterior ao sistema capitalista. Conforme a teoria marxista, leia-se materialismo histórico, todas as organizações sociais que figuram na história da civilização ocidental possuíam distribuição desigual de poder, status e bens materiais, favorecendo uns poucos com estes privilégios. Tais privilégios sempre se dão em conjunto nas diversas formas de organização social. Isto porque as sociedades sempre tiveram necessidade de justificar o injustificável, a desigualdade entre os seres humanos, estabelecendo princípios de legitimação do poder de uns sobre os outros. A própria necessidade desta legitimação, a ideologia e as diversas formas que assumiu a meritocracia, calcada em divergentes pressupostos, atesta a arbitrariedade da construção da desigualdade. A desigualdade já foi baseada na força física, em forças sobrenaturais, na sabedoria, na inteligência, na descendência, na capacidade de trabalho, na capacidade de liderança e, por combinações destas, dentre elas, na capacidade de administrar recursos materiais e “humanos”, a nossa forma atual. Com valores diversos, a divisão em diferentes sociedades entre melhores e piores, tende a privilegiar com poder, status e bens materiais os vencedores, “os bons”. Em contrapartida, pune os perdedores, - “os não tão bons” - os sem privilégios, criando uma escala social - indo dos “melhores” aos “piores” -, variando muito o conceito de quem seriam, ou quais deveriam ser, “os melhores”.

O conceito de “bom”, de quais são as virtudes ou qualidades consideradas mais importantes, sofreu grandes mudanças - o significado de trabalho no feudalismo e no capitalismo, por exemplo. Não mudou o fato dos “melhores” sempre executarem funções mais nobres, terem mais prestígio e conforto comparativamente aos que eles subordinavam. A desigualdade permaneceu apesar de seus pressupostos terem mudado bastante. Se não existe nenhum pressuposto imutável que discrimine os homens ao longo da história, como declarar a desigualdade como natural? Se aquilo sobre o qual ela se baseia modifica-se de forma contraposta no decorrer do tempo, como justificar o favorecimento de quem detém o poder? Só se pode concluir, a partir da arbitrariedade daqueles que o detêm, que o próprio poder é arbitrário.

Ele é fruto da sua própria legitimação, não possui nenhuma verdade para além dela.

Por ser arbitrário não tem nada de imutável que o sustente. O poder de um segmento da sociedade nasce da conjuntura, da vontade de uns de mantê-lo e de outros de usurpá-lo. Como consequências, muitas mudanças ocorrem sem serem previstas (a invenção de algum instrumento, a descoberta de algum material...). Destarte, ele não resulta de fatores isolados, mas sim daqueles que atuam de forma conjunta, síncrona. O poder enquanto uma construção social é praticamente impossível de ser apreendido pelos indivíduos, pelo menos, de forma completa.

O processo de dominação não é arquitetado de modo maniqueísta por uma cúpula de conspiradores. É fruto de uma complexa interação de fatores intencionais e não intencionais. As intenções diferem dos resultados, e as visões que pretendem apreender o todo são relacionais e dependem do ponto onde se situa o indivíduo na hierarquia social, pois depende de suas vivências, do fragmento do mundo que lhe é familiar.

Por esta definição, antes da meritocracia ser o pressuposto da hierarquia, a hierarquia é o pressuposto da meritocracia e a desigualdade criada socialmente a partir da dominação – posse desigual de recursos materiais e simbólicos – determina a definição de mérito. Por esse caminho, o princípio da meritocracia sustentou historicamente a dominação pelo aforismo de que “cada pessoa tem o que merece”. As idéias de justiça e legitimidade contidas na concepção de mérito (merecimento) revelam a qualidade ou o requisito que torna uma pessoa digna de louvor, estima ou recompensa (LUFT, 1998). Sentido este modificado através dos tempos segundo os valores sociais atribuídos e relacionados ao papel social desempenhado pela casta, família ou indivíduo. Assim como o mérito e a sua organização social hierárquica – a meritocracia –, uma estrutura lógica de legitimação da desigualdade social, sempre esteve subjacente às sociedades. O que neste trabalho procuro analisar, no entanto, é a forma atual do conceito, a meritocracia enquanto princípio legítimo de hierarquização de indivíduos dentro da lógica produtiva capitalista.

Segundo Livia Barbosa, a meritocracia é um dos principais sistemas de hierarquização social da modernidade, constituindo-se em um conjunto de valores que postula que as posições sociais dos indivíduos devam ser resultado do mérito de cada um, das suas realizações pessoais. A autora afirma que meritocracia é genericamente um consenso, apesar das divergências quanto a sua aplicação prática, traduzidas em questionamentos acerca de como devem ser as avaliações de desempenho das pessoas; de

como seriam definidas habilidades e esforços; de qual seria a relação entre responsabilidade individual e/ou social e desempenho, e se existiria igualdade de oportunidades para todos. Questões acerca da origem das diferenças de desempenho - se estas seriam aleatórias (loteria), de origem natural ou resultantes de variáveis sociais -, segundo a autora, sempre foram polêmicas para a administração, especialmente no Brasil. Justifica tal avaliação por não identificar nos país a existência de uma ideologia meritocrática fortemente estabelecida na sociedade, mas sim de sistemas e discursos meritocráticos (BARBOSA *in* www.talentosresultados.com/materialc.htm).

A partir da conceituação de meritocracia proposta pela autora Livia Barbosa em entrevista para a revista “Talentos & Resultados”, acerca de sua obra “Igualdade e Meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades contemporâneas”, busco delimitar a noção que adquire o conceito na atualidade.

Na gênese do capitalismo, assim como discorre Max Weber em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, este configuravam-se subjetivamente valores de ascese, dedicação e a própria idéia de vocação, além dos ideais de liberdade e igualdade. Como sustentado por Karl Marx, o capitalismo se instaura ao mesmo tempo por possibilidades objetivas de desenvolvimento. A idéia do mercado com “sua mão invisível” ajustaria as presumíveis desigualdades anômalas produzidas pelo não planejamento nacional da economia. A divergência talvez mais significativa entre este primeiro liberalismo econômico e o atual neoliberalismo é a descrença na necessidade de tal “mão invisível” por não mais se considerar anômala a ampla desigualdade produzida pelo sistema capitalista. Desnecessárias e disfuncionais também à sociedade e à economia nacional, seriam preocupações que ocupavam as reflexões dos primeiros liberais uma vez que os agentes econômicos dominantes – os conglomerados econômico-financeiros transnacionais – não se pautam por estas “abstrações”. A instituição única entre os indivíduos é o mercado. A concepção de sociedade é substituída pela competição entre os indivíduos em concorrência pelos “recursos escassos” frente às suas “necessidades ilimitadas”, sendo as demandas de consumo subjetivadas em “gostos e preferências” sem origem definida. Portanto, não há outra forma de explicar as trajetórias diferentes dos indivíduos por ser a concorrência livre e a sociedade um simples aglomerado de indivíduos em torno do mercado, a não ser considerando as capacidades mais ou menos inatas, traduzidas em

disposições medidas em desempenho.

Essas capacidades – competências, talentos – são construções valorativas e sociais, não existindo sem a estrutura competitiva do mercado, a não ser como atributos de personalidade que, se não criados totalmente, são desenvolvidos socialmente. Deste arcabouço psicológico-social, cunham-se termos como flexibilidade, empreendedorismo, empregabilidade. Todos estes conceitos se articulam com a chamada realização pessoal através do trabalho, o que nada mais é do que um condicionamento mais ou menos consciente do indivíduo frente à concorrência do mercado de trabalho. São comportamentos, atitudes, estratégias de ação e concepção frente às condições dadas. Condições criadas, por sua vez, a partir de intenções e objetivos de grupos sociais, com poder social desigual devido à posse dos valores e bens sociais desigualmente alocados, reproduzindo as condições de existência da desigualdade de poder social.

A autora de “Igualdade e Meritocracia”, por sua vez, não percebe esta forma de estruturação dos valores sociais, a partir da desigualdade de concentração do poder, ao colocar que a responsabilidade pelos resultados de cada um “é sempre neutralizada ou desculpada a partir do contexto em que cada um de nós atuou” para não macular o sentimento de dignidade pessoal, pela justificação de desempenho e, assim, “muita pouca responsabilidade individual é atribuída a cada um de nós institucionalmente”. A autora afirma que no Brasil o eixo da responsabilidade individual pelas realizações pessoais quase inexistente, que seria centrado nas condições de trabalho e no mundo que rodeia o indivíduo, que as pessoas seriam pouco responsabilizadas pelo que fazem e teriam uma margem muito grande para justificar porque não fazem “o que deveriam fazer”, ou seja, “aparecem sempre espaços para justificar porque não foi feito o que deveria”. Com esta argumentação a autora diz que não é a ausência ou a presença de condições objetivas, que não são as dificuldades objetivas que fazem com que o indivíduo tenha relação com sua responsabilidade pessoal. Afasta assim o “resultado” – desempenho econômico e social – das condições objetivas de sua realização e o aproxima da “responsabilidade pessoal” como se as condições de cada indivíduo fossem “fabricadas” por ele. Esta visão remete-se muito mais à metafísica do que à forma como de fato operam os processos de produção e reprodução da desigualdade. Não há como basear empiricamente esta crença que subjaz à argumentação, na qual “querer” significaria “poder”, pois, determinar-se a algo não significa que existam possibilidades

reais de consegui-lo.

As considerações apresentadas por Livia Barbosa reforçam a legitimidade de um concurso vestibular que, analogamente ao mercado, selecionaria os melhores, os mais aptos. Assim, como para a autora, este mecanismo reprodutor de desigualdade social, encontra ampla aceitabilidade social, pois, assim como ela, responsabiliza os pobres por seu “fracasso” na competição promovida pelo mercado capitalista. A meritocracia avalia os indivíduos não a partir de suas condições e dificuldades objetivas desiguais para a realização de determinado objetivo, ela analisa o resultado, a dificuldade desigual para a realização do objetivo é acessória e não condicionante. Tudo depende do indivíduo, de suas estratégias, que são melhores ou piores avaliadas tão somente em relação ao êxito em determinado intento e não como fórmulas éticas gerais de comportamento, pois, para a empregabilidade, é-se mais ou menos “empregável” se obtém-se o emprego. O empreendedorismo é avaliado na medida em que o negócio propicie mais rendimentos. O talento e a competência são avaliados em relação àquilo que demanda o mercado circunstancialmente.

Nesta perspectiva, o vestibulando é mais ou menos capaz de atingir os objetivos acadêmicos de acordo com seu resultado no processo seletivo. Assim, a favor do vestibular levanta-se a questão de que ele garantiria a qualidade, a excelência, dos cursos universitários, que seriam dependentes da “qualidade” – “capacidade” dos alunos. A questão da preparação é a mais evidente da desigualdade do processo, haja vista a existência de escolas especializadas em vestibular – acessadas via recursos econômicos indisponíveis à maior parcela da população –, em contrapartida ao ensino médio público e suas carências de investimento. Isso, afóra os demais fatores sociais, econômicos e psicológicos desiguais entre as classes sociais, incluindo o apoio da família, perspectivas geracionais (ter pais, ou familiares, com curso superior), tempo, possibilidade de liberação de outras obrigações, espaço apropriado ao estudo, materiais diversos, relações interpessoais. Todos estes fatores conduzem à reprodução das classes sociais, principalmente nos cursos que conferem maior valorização social (bens simbólicos e materiais) fazendo do acesso à mobilidade social muito mais uma teoria que povoa o universo da educação do que um fato, pelo menos em uma escala ampliada. Assim, um processo meritocrático como o processo seletivo do vestibular na Universidade Federal do

Rio Grande do Sul, bem como os demais, não se presta à acessibilidade universal, fazendo com que em nossa constituição federal constasse inclusive que o acesso à educação superior nas instituições públicas de ensino universitário, dependeria “das capacidades de cada um”. Nessa perspectiva, pode-se utilizar o “endosso” da autora na construção do seguinte proposição:

Além disso, existe uma identificação entre processos democráticos com meritocráticos. Nem todos os processos democráticos são meritocráticos e nem todos os processos meritocráticos podem e/ou devem ser democráticos. (BARBOSA *in* www.talentoseresultados.com)

Paulo Daflon Barrozo (2004) tem como um tipo de “discriminação ativa aquela em que a ação ou conjunto de ações apresenta tendência a causar, intencionalmente ou não, uma hierarquia entre indivíduos e grupos com base em valoração assimétrica de características individuais ou coletivas consideradas proeminentes pelos agentes ativos da discriminação.” Apesar de ter construído esta “fértil” tipologia que aponta para os pressupostos de análise assumidos neste trabalho, ou seja, da meritocracia enquanto discurso legitimador da nossa forma atual de desigualdade, o autor não rompe com o conceito de mérito ou com a hierarquização social a partir de pressupostos meritocráticos, apenas utiliza o conceito de forma diferente que a corrente do novo liberalismo. Analisando o sistema de cotas a partir do princípio republicano-democrático da igualdade ele se refere ao sistema de cotas enquanto um mecanismo pragmático de aproximação “a um sistema de mensuração do mérito pessoal que idealmente descontasse e neutralizasse padrões e estratégias perversas de subordinação, distribuição, hierarquia e injustiça sociais” (BARROZO, 2004, p. 140).

O autor divide o mérito em dois tipos: o mérito instrumental e o mérito pessoal. O mérito instrumental é aquele que se assemelha aos pressupostos do atual liberalismo, ele é um instrumento de medição da capacidade de alguém para algo. Ele é o tipo de mérito que seria auferido pelo concurso vestibular sem as cotas étnico/raciais e sociais. Este mérito é relativo aos fins. Já o mérito pessoal, seria um tipo de mérito que se refere a valor. Seria este tipo de mérito que mediria esforço, dedicação, escolhas, ou seja, a trajetória de um sujeito. Mediria a relação entre conquistas e posições sociais levando em conta as desigualdades de condições a que estão sujeitos os indivíduos. Este mérito só poderia ser percebido quando os concorrentes estivessem sob as mesmas condições. Portanto só

quando aqueles estivessem em disputa entre “pares”. O autor argumenta que as cotas, por fazerem estudantes de escolas públicas concorrerem apenas com alunos de escolas públicas e estudantes auto-identificados (ou caracterizados) como negros ou pardos concorrerem apenas com outros com o mesmo histórico de discriminação, seriam instrumentos melhores de apreensão do mérito enquanto valor. Esta noção de mérito pessoal, embora sem esta nomenclatura, será observada em várias argumentações em defesa das cotas, como será visto a seguir.

1.2 Neoliberalismo e Meritocracia¹

A partir da análise de Denise Gros, na obra “Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República”, procuro conectar o conceito definido atualmente como meritocracia com a ideologia neoliberal atualmente dominante. Compartilho a definição de ideologia utilizada pela autora na obra como uma concepção de mundo que busca compreender a totalidade das relações humanas e não apenas um setor destas relações como seriam as relações econômicas somente. Ideologia é uma forma de ver o ser humano, o que lhe é próprio e como se dão suas relações entre si e os demais seres e elementos que compõem a realidade humana.

Ideología como visión del mundo de carácter sistemático, fundamentada en principios y elaborada al menos en gran parte, de manera consciente. Esta visión tiende a la totalidad, quiere abrazar algo, y se articula en un conjunto de convicciones, ideas e ideales aptos para orientar la vida práctica (ROSSI-LAND, 1980, p. 52 *in* GROS, 2003, p.15).

A ideologia dominante é o conjunto estruturado de idéias criadas, professadas e mantidas por um grupo social detentor de maior poder social (bens econômicos, prestígio e poder político). Este grupo é, no sistema capitalista, a burguesia entendida não somente como classe social detentora dos meios de produção, mas todos os grupos ligados aos seus

¹ Para uma discussão acerca do mérito escolar e o neoliberalismo vide artigo: “Práticas Pedagógicas e a Lógica Meritocrática”. (*In* SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz; SOUSA, Ana Inês (org.). Práticas Pedagógicas e a Lógica Meritória na Universidade. *Coleção Grandes Temas do Conexões de Saberes*. Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2006. Pags. 17-24).

interesses².

Com a concepção da burguesia enquanto classe hegemônica, como aquela ligada à ideologia dominante, a autora se remete à teoria Gramsciana. A partir deste autor, podemos complexificar a relação entre classe dominante e ideologia hegemônica atentando para as relações entre poder político e econômico de uma classe (grupo social) e o processo de legitimação deste poder, o que constitui a hegemonia de determinados valores sociais ligados à visão das relações ideais na estruturação da sociedade ideal para esta classe, dentre os quais o mérito individual aponta-se como cerne. A teoria remete para a visão de que há de existir um processo de legitimação da hierarquia social para que haja a manutenção do poder e da própria classe.

A correlação entre concepção de mundo e manutenção do poder social é muito mais complexa do que um intento maniqueísta e envolve relações entre idéias que buscam explicar a realidade social a partir da própria existência da classe. São idéias de como e porque existe o acesso diferenciado a bens sociais, de qual é a base da desigualdade entre os homens, a partir da superação e, portanto da negação de uma estrutura de desigualdade anterior, quando a desigualdade era explicada pela vontade divina. Embora laica, a explicação em torno da questão de porque os “homens” estão socialmente em desigualdade de condições precisa de igual força para se manter, a ponto de o mérito individual não separar na sua definição o que o ser humano é do que ele deve ser. O conceito mistura estratégias de ação e disposições com capacidades, resultados com intenções, capacidades com empenho.

Nesta perspectiva se naturalizam as construções sociais no que tange inclusive ao que se entende por individuo e o seu papel na constituição das instituições sociais. A ideologia meritocrática atribui grande capacidade de gerenciamento por parte do individuo

2 “(...) por empresariado entendemos o conjunto de agentes sociais que se definem pela detenção da propriedade de uma unidade autônoma de capital e pelo exercício, daí decorrente, das funções de organização e gestão de seu processo permanente de valorização. Este conceito abarca a totalidade dos ocupantes de posições que implicam poder de decisão nas questões estratégicas para a empresa, independentemente do fato de serem eles detentores ou não da propriedade jurídica do capital cujo comando exercem. Ele exclui, entretanto, todos aqueles que, embora dispondo de títulos jurídicos sobre uma fração de capital, vivem de renda, não desempenhando qualquer função diretiva em seu processo cíclico de reprodução” (Cruz, 1995, p. 23--24). Ao contrário, o “(...) conceito de burguesia é muito mais amplo, na medida em que inclui — além do conjunto das categorias até aqui referidas — toda uma série de segmentos sociais que se definem pelo exercício das funções não econômicas — jurídicas, políticas e ideológicas” (Cruz, 1995, p. 24). (in: Gros, 2003, p.16)

na sua trajetória e posição sociais, demasiada capacidade deliberativa às suas intenções sem explicar como estas se constituem, não se colocando a questão de porque o indivíduo se comportaria de uma determinada maneira, porque almejaria determinado fim. Igualmente não se refere às diferenças objetivas, às condições objetivamente dadas de forma desigual à obtenção de um determinado fim, limitando-se a dizer, de forma metafísica, que “quem quer fazer, faz”, argumentando para isso que existem exemplos de trajetórias de ascensão social. Com certeza, os casos de “reprodução” social são bem mais numerosos, definindo qual seria a “regra” e quais seriam as “exceções”. Com este raciocínio, pretendo relacionar a concepção de ideologia que compartilho com a da autora.

A partir da concepção de Gramsci, “o conceito de hegemonia burguesa envolve a noção de dominação pelo consenso e não pela força: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos: como dominação e como direção intelectual e moral. Um grupo social é dominante dos grupos adversários, que tende a liquidar ou a submeter inclusive com a força armada, e é dirigente dos grupos afins e aliados (GRAMSCI, 1989 *in*: GROS, 2003. p.17).” Denise Gros retoma a concepção de hegemonia, sintetizando a forma pela qual se torna possível, uma teoria de explicação do real, como o neoliberalismo, sustentar-se apesar do perceptível descompasso que apresenta com relação à práxis das classes subordinadas, descartando, pelo menos discursivamente, o papel do Estado. “Dessa forma, para ser dominante, a burguesia não necessita apelar para os mecanismos coercitivos do Estado para subordinar as demais classes pela força. Pelo contrário, ela o faz através de um complexo processo de construção de legitimidade, pelo qual a classe dominante busca obter o consenso dos dominados pela persuasão e pela liderança intelectual, moral e política” (GRAMSCI, 1978, 1989 *in* GROS, 2003).

Gramsci rejeita assim a determinação mecânica entre classe e ideologia (GRUPPI, 1978 *apud* GROS, 2003). A afirmação e a difusão da ideologia de uma determinada classe, mesmo que dominante nos planos econômico e político, são portanto um processo complexo que envolve a difusão da concepção de mundo dessa classe (ou fração de classe), através da educação, da Igreja, dos partidos etc., sobre as demais frações da classe dominante e sobre as classes dominadas. Na concepção gramsciana, a consolidação da hegemonia burguesa dá-se na medida em que essa burguesia é capaz de formular e difundir, através de mecanismos ideológicos, um projeto de organização da sociedade que a

beneficie, mas que seja amplo o bastante para transcender os limites de seus interesses específicos de classe e incorpore também alguns dos interesses das classes dominadas. Resta definir quais são, concretamente, esses mecanismos ideológicos de construção da hegemonia, ou seja, “(...) como uma classe traduz suas capacidades estruturais (o domínio econômico na esfera da produção, sua formação intelectual e seu acervo cultural, suas ligações pessoais e vínculos familiares ampliados) em capacidades político-organizacionais?” (DREIFUSS, 1987, p. 21 in GROS, 2003, p.17).

O conceito de “elites orgânicas” de Dreifuss (1981), desenvolvido a partir de Gramsci, fornece uma explicação de como a classe economicamente dominante organiza-se para assegurar a direção econômica e política da sociedade através da ação política. Segundo definição de Dreifuss (1987, p.24), as elites orgânicas são “(...) agentes coletivos político-ideológicos, especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe, através de cuja ação se exerce o poder de classe” (*in* Gros, 2003, p.17). Esta definição torna compreensível a estratégia de dominação política do Estado enquanto ente “apolítico”, ou mais precisamente, antidemocrático; pela absorção do Estado pelo Mercado - da dimensão das disputas de interesse, através de disputas políticas, pela absolutização de interesses dos entes dominantes do mercado.

O neoliberalismo concebe a igualdade como artificialidade e a desigualdade como natural, haja vista não existir igualdade na natureza. Assim como os animais nascem geneticamente em alguma medida desiguais na natureza e uns obtêm maior êxito na luta pela sobrevivência do que outros, o neoliberalismo não vê como problemático o fato de as pessoas nascerem em contextos sociais com acesso desigual a recursos. Segundo os neoliberais, as leis devem ser estritamente iguais para todos, não importando o estado de desvantagem que se encontrem uns com relação aos demais. Assim como dois leões disputam um território, - disputa que já está definida desde o princípio, pois, o leão mais forte vencerá - o neoliberalismo não vê nenhuma injustiça no fato de os mais “capazes” receberem os privilégios proporcionados pelo trabalho social em detrimento dos demais. A meritocracia avalia os resultados, o desempenho, como comenta a autora Livia Barbosa à revista “Talentos & Resultados”: “Interessante que a pobreza no Brasil não tem culpa. O pobre nos EUA se sente envergonhado por ser pobre, porque ‘parte’ do seu fracasso é visto como responsabilidade dele.”

No sentido de tentar transpor as leis naturais de seleção das espécies em competição pela sobrevivência na natureza, para as leis sociais humanas, os neoliberais rompem com o mito fundante do Estado, enquanto ente coletivo em favor do qual renunciaríamos à parte de nossas liberdades, para podermos coexistir de forma pacífica. Admitem o Estado enquanto mantenedor da ordem, mas sem a função de tentar dirimir ou compensar as desigualdades geradas pelo mercado concorrencial capitalista, servindo tão somente para manter minimamente as condições para uma coexistência pacífica. Apesar de considerarem as regras sociais como obra humana, rejeitam a tentativa de construir racionalmente a sociedade, vendo o Estado como um ente que não seria composto pelas relações sociais, conferindo-lhe um caráter supra social, como se este não reproduzisse os interesses dos grupos sociais, defendendo assim ser possível a existência de um Estado neutro.

A concepção atribuída por estes pensadores à neutralidade é a de um Estado que não interfira no desenrolar desigualmente competitivo do “mercado” – regulador social tal qual a natureza para os demais animais – mas, que assegure a sua existência. Assim, o Estado deixaria de ser a forma de realização dos interesses organizados dos grupos sociais submetidos ao mercado para ser unicamente o guardião da existência, tal como se apresenta, desta instituição, a qual, através do Estado “neutro” não poderia ser modificada. Resta, sendo assim, a dúvida de qual seria a forma dos “homens” alterarem as regras sociais à sua vontade. Talvez a própria lógica da sociedade do mercado neoliberal forneça a resposta: através do poder distribuído desigualmente pela instituição do mercador, auferido, pela lógica competitiva, aos indivíduos de forma desigual. A forma mais nítida disto se dá acerca da flexibilização das regras que regulamentam o trabalho, de forma que, sem a interferência do Estado, trabalhadores e empregadores negociariam “livremente” seus interesses com poderes infinitamente desiguais. Este raciocínio leva a concluir que este estado não é neutro, pois favorece claramente o grupo de indivíduos detentores de poder econômico-social e é imobilizador de transformações em sua estrutura, pois não admite modificações na sua configuração mercadológica pela impossibilidade da manifestação da vontade de grupos contrários ao sistema de dominação dos “bem posicionados” na hierarquia do mercado.

Sobre este fato, é ilustrativa a citação de um artigo de Vaclav Klaus na revista *The Economist*: “O sistema social da Europa Ocidental está demasiadamente amarrado por

regras e pelo controle social excessivo. O Estado de Bem-Estar, com todas as suas transferências de pagamentos generosos desligados de critérios, de esforços ou de méritos, destroem a moralidade básica do trabalho e o sentido de responsabilidade individual. Há excessiva proteção à burocracia. Deve-se dizer que a revolução thatcheriana, ou seja, antikeynesiana ou liberal, parou — numa avaliação positiva — no meio do caminho na Europa Ocidental e é preciso completá-la”. Citado por Anderson (1995, p. 18 *in* GROS, 2003)

O sistema de estado neoliberal procura “blindar” a instituição do mercado da “insegurança do poder popular”, ou seja, do poder da maioria sobre a minoria. Pelo contrário, trata de fazer prevalecer os interesses da minoria, de grandes empresários e do setor financeiro sobre as necessidades da maioria.

A discussão sobre fins e valores - objeto da política - é substituída pela submissão às determinações sobre os melhores meios para fazer cumprir as leis do mercado. A política é substituída pela tecnocracia, portadora, por sua vez, da ‘verdadeira ciência econômica’ (LOPES, 1988 *in* GROS, 2003, p.84).

Antidemocrática, apolítica e anti-social, a forma ideal de governo neoliberal é sem dúvida a tecnocracia. A substituição de representantes eleitos por gestores “eficientes”, transformando o estado em uma empresa privada. A organização responsável unicamente por preservar a estrutura da livre concorrência entre os capitalistas, contendo as massas para que não expressem as suas necessidades em contradição com a acumulação privada incontida.³

3 “Nessa redefinição, a precária situação econômica e social de alguns países é desvinculada de sua história e atribuída exclusivamente os males que acompanham a intervenção do Estado — ineficiência, corrupção, empreguismo, desperdício, má administração —, enquanto à iniciativa privada são reservadas todas as virtudes necessárias para a recuperação da economia e da sociedade: eficiência, competência, austeridade, racionalidade, modernidade, dinamismo, etc. Nessa perspectiva, todas as políticas de cunho liberal são justificadas, na medida em que elas estão sendo decididas em nome da “modernidade”, da “democracia econômica”, da “liberdade do indivíduo e do mercado”, independentemente do custo social que elas imponham. Ao apresentar uma decisão política como mero resultado da “racionalidade econômica”, a visão neoliberal procura reduzir a política à economia, a uma ética da “escolha” e do “consumo” (APPLE,1994). Ao fazer com que noções como igualdade, justiça social, cidadania e nação sejam substituídas, no espaço de discussão política, pelos novos termos condicionantes da “modernidade” — consumidor,mercado, produtividade, eficiência, qualidade —, o neoliberalismo transforma a nação num mercado. Sob esse prisma, a nação, historicamente constituída de cidadãos — sujeitos políticos que têm uma história comum de solidariedade,de lutas e de conquista de direitos, passa a ser apenas um mercado, constituído de consumidores cujas ações são definidas pela competitividade e pelo individualismo. No mercado, não há história social, identidade de classe, solidarismo. Nesses termos, o sujeito político, que se define por sua história, identidade social e ação coletiva, transforma-se em mero agente econômico individual.

É importante neste ponto fazer a ligação com a linha argumentativa desenvolvida pela autora Livia Barbosa em “Igualdade e Meritocracia – a ética do desempenho nas sociedades modernas”, obra na qual a autora expressa as mesmas características, colocadas como “virtudes” da esfera privada - competição, eficiência, qualidade -, e caracteriza com os mesmos “defeitos” a esfera pública no que tange aos serviços públicos - falta de profissionalismo, coleguismo, estabilidade etc. Atribui ainda, na mesma linha teórica da escola austríaca de economia, as diferenças sociais ao comportamento individual – “quem quer fazer, acaba fazendo”. Às diferenças de comportamento com relação à ideologia meritocrática analisadas pela autora nos casos “brasileiro, americano e japonês” são atribuídos a diferenças culturais, manifestadas no comportamento individual frente ao trabalho. A autora inclusive salienta a possível incompatibilidade entre democracia e meritocracia, pois esta é um método de hierarquização.

A meritocracia, do modo como é trabalhada pela autora, é uma forma de transpor a ideologia neoliberal para os trabalhadores, apresentando-se, mesmo que de maneira não deliberada, como um mecanismo para transpor o que seriam os “interesses da empresa” (colocada como ente autônomo) para a responsabilidade individual. O mérito seria a utilidade de cada indivíduo para a empresa. Colocando os resultados da “organização” como responsabilidade de cada trabalhador para “o resultado comum”, transpõe-se o pensamento do trabalho para outrem como meio de vida, transformando-o no próprio sentido desta, para que o trabalhador se reconheça e realmente contribua de forma efetiva para o resultado da empresa, sem necessariamente participar de modo horizontal nos resultados nem definir suas finalidades.

O mérito dentro do paradigma atual, composto de conceitos abstratos como: esforço, resultados, capacidades e talento, prescinde de uma base de justiça, não constituindo-se, assim, em um pressuposto ético ou moral, derivando e referindo-se, desta forma, exclusivamente ao contexto do mercado capitalista. A meritocracia não pressupõe uma igualdade prévia dentro do paradigma neoliberal, onde se constituiu em discurso legitimador da hierarquia social. Enquanto pressuposto ético-filosófico necessitaria de igualdade inicial e, filosoficamente, sendo esta, pelo menos de forma plena, inexistente, a

Suprime-se, assim, a cidadania, e, finalmente, reduz-se o cidadão a consumidor (SILVA, 1994).” (GROS, 2003, p.88)

meritocracia de “fato” também o é. Uma hierarquia social calcada exclusivamente no mérito individual seria impossível sob dois aspectos principais: o primeiro seria o de como definir legitimamente o que constitui o mérito, que não existe fora de um arcabouço de valores socialmente constituídos; o segundo, a inexistência de igualdade físico-psicológicas, emocionais e mentais entre os seres humanos, (mesmo se hipoteticamente estivessem superadas as desigualdades econômico-sociais), o que faria injustas as comparações acerca de disposições, intencionalidades e capacidades.

Por fim, a partir desta explanação, considero o mérito, a meritocracia como um discurso legitimador da situação econômica e social vigente, parte de uma concepção de mundo hegemônica que é o neoliberalismo. Portanto, não considero possível tratarmos abstratamente a meritocracia pelas impossibilidades descritas acima, sendo esta aqui trabalhada apenas enquanto parte de uma ideologia.⁴

1.3 Mérito escolar e reprodução social, meritocracia e empreendedorismo

A partir da teoria da reprodução social das classes ou grupos através do sistema educacional, de Pierre Bourdieu, podemos compreender como pode ser explicado o êxito escolar. O pensamento do autor parte da premissa de que todo o trabalho de introjeção de valores sociais, o trabalho pedagógico, baseia-se em um arbitrário de valores da classe (grupo) sócio-economicamente dominante em uma sociedade.

Assim todo trabalho pedagógico é o processo de inculcação do arbitrário de valores dominantes que correspondem a esta classe e que é transmitido ao conjunto da sociedade como “conhecimento legítimo”. O papel das instituições de ensino é de reproduzirem a si próprias a partir da estrutura de posições hierárquicas dadas, à qual submetem-se e reproduzem, por exemplo, na monopolização dos títulos acadêmicos. Assim toda autoridade pedagógica não advém do poder pessoal do agente pedagógico, mas da

4 Guimaráes (1999) critica o conceito de mérito apresentado como uma ideologia por ele mascarar e mistificar processos sociais de manutenção de desigualdade e discriminação. Em primeiro lugar, considera não existir mérito em abstrato, pois é impossível determinar as habilidades e conhecimentos necessários para configurar o mérito abstratamente e para todas as situações. Em segundo lugar, diz ele, como definir, valorar habilidades, disposições e conhecimentos? Como definir quais serão aceitos, quais serão levados em conta, quais valem mais? (PINTO e CLEMENTE, 2006).

instituição que, ao destinar-lhe a função, delega-lhe autoridade legitimada.

Pela proximidade do *habitus* (conjunto de disposições duráveis e transmissíveis) da classe dominante em que se encontra o indivíduo, em sua socialização primária (na família), é-lhe facilitada a assimilação do conteúdo, explícito e implícito, fornecido pela educação formal. As crianças (pertencentes às classes dominantes) já nascem em famílias de homens e mulheres “cultivados” pelo tipo de arbitrário cultural dominante, assimilando de forma muito mais natural os códigos culturais oferecidos pelas instituições de ensino. Assim, este favorecimento retroalimenta o processo de reprodução social das classes sociais através do ensino, aparentemente igualitário, legitimando o desempenho do indivíduo no processo de educação como algo relacionado apenas à sua dedicação e capacidade (mérito).

O movimento de direcionar o ensino para o “empreendedorismo” carrega todas estas características, sendo uma apologia do empresário capitalista como promotor de progresso social (desenvolvimento econômico e social) com avanço tecnológico e geração de empregos. O fato da concorrência do mercado capitalista tender a “engolir” os empreendedores descapitalizados está resolvido na própria concepção de empreendedorismo já que só remete-se àqueles indivíduos exitosos nesta disputa desigual.

Este conceito aproxima-se ainda mais da ideologia dominante, adequando o sistema de ensino a sua visão de mundo, aproximando o mérito escolar e o pessoal, que legitima a hierarquia social e econômica na sociedade capitalista. Empreendedorismo é um conceito prescritivo (normativo), um “dever ser” que contempla um perfil ideal de empresário capitalista. É um modelo comportamental que estaria baseado nas características atitudinais dos empreendedores. Não se trata de definição unânime de todos os formuladores, apresentando duas perspectivas conceituais que não se anulam: a econômico-funcionalista que atenta para o papel da inovação promovida pelos empreendedores como propulsor da economia, e a psicologizante que atenta para as características psicológicas de uma personalidade “empreendedora”. Vários autores contribuíram para a concepção hoje divulgada, como, por exemplo: Jean-Baptiste Say, Cantillon e Schumpeter, considerados pais do empreendedorismo.

O empreendedorismo, assim como a meritocracia, é definido pelo resultado na hierarquia social em que se encontra o indivíduo. Por isto o empreendedor é um sonhador que consegue realizar seu sonho, que gosta de correr riscos, mas calculando-os

racionalmente, estabelece metas e as cumpre, percebe as oportunidades do mercado e as utiliza, conquista a colaboração das pessoas para que realizem objetivos que são seus. Como se pode observar, toda a atitude do empreendedor é condicionada pelo resultado exitoso no mercado concorrencial – “é aquele que faz (obtem êxito na atividade econômica), não aquele que deseja fazer ou mesmo tenta fazer”. A diferença entre um empreendedor e um não empreendedor não está nas intenções, nas dificuldades, na dedicação, está no resultado.

O objetivo da educação para o empreendedorismo está na intenção de retirar dos indivíduos a noção de proteção social do Estado paternalista e da acomodação do empregado. Ela busca formar competidores em uma realidade instável e insegura, a realidade da economia-política neoliberal no mundo do capitalismo globalizado, formando uma mentalidade auto culpabilizadora do desemprego, pois define-se a partir do conceito derivado da mesma matriz lógica a partir da qual o indivíduo tem de se tornar atrativo ao capitalista empreendedor – a empregabilidade. Para abarcar aqueles que trabalham “para alguém”, tornando-se mais útil a este (e para realizar-se pessoalmente), desenvolveu-se o conceito de intra-empreendedorismo do empregado “colaborador” que “veste a camisa da empresa”, em sua dedicação, como se sua fosse.

Como resultados das qualidades do empreendedor, lhe atribuem - através da ligação entre empreendedorismo e inovação - o progresso econômico tecnológico e o desenvolvimento social de uma nação, na medida em que ele promove a geração de empregos e renda. Contraditoriamente a este papel progressista que lhe é atribuído, o conceito de excelência ao qual se coliga, prescreve que ele deva fazer mais com menos, obter mais lucro com melhores produtos, com menor custo de matérias primas, com menor número de pessoas possível e em menos tempo. As qualidades do indivíduo empreendedor são motivadas por interesses egoísticos, como reconhecem seus divulgadores (DOLABELA, 1999), sendo suas vantagens para a sociedade os meios (empregos, bens e serviços) de atingir estes objetivos individuais. O empreendedorismo do empresário capitalista é o seu mérito, a forma pela qual se legitima o seu êxito acumulador.

Todos estes termos foram abordados por estarem presentes nas argumentações contrárias às cotas, as quais opõem uma universidade de excelência, voltada para o empreendedorismo, à inclusão social. Entrando assim na discussão de qual seria o papel

social da universidade para os grupos que se posicionam contrários e favoráveis às cotas não só na UFRGS, mas, em todo Brasil.

O texto de Ricardo Franklin Ferreira e Ricardo Mendes Mattos poderia nos estabelecer uma ponte com os apontamentos de Bourdieu. Com uma abordagem psicossocial da construção da identidade do negro no Brasil, que mesmo após a escravidão continuou alijado da sociedade brasileira, excluído tanto das novas formas de trabalho, como da educação. Mesmo “livres” foram substituídos como mão-de-obra pelos imigrantes europeus, os quais diferentemente dos negros brasileiros, receberam terras do governo para poderem aqui subsistir. Nas fábricas, apesar de não existirem leis proibitórias, os patrões empregavam unicamente imigrantes brancos. Desta forma, a população negra constituiu-se em uma subclasse dentro da classe pobre. Numa inversão da realidade, ao invés de consequência do desfavorecimento ao qual foram e são vítimas, a condição dos negros passou a ser considerada resultado das atitudes e pensamentos deles próprios. Os negros são vistos em nossa sociedade como sub cidadãos. Acostumados estão a ver que a sociedade tem como modelo o “rico branco” e que eles se constituem no extremo oposto, o “preto pobre”. Isto tudo tende a introjetar na auto-imagem destes indivíduos uma visão negativa e referências estigmatizantes de suas pessoas, de ordem física, intelectual e social. Vivências de humilhação e desprestígio social internalizadas que se refletem nas situações do dia-a-dia trazem desvantagens concretas. Estes papéis inferiorizados na escala social se materializam em uma menor auto-estima e pior avaliação escolar.

A argumentação de que as cotas abalaram o nível do ensino universitário com alunos despreparados ou menos capazes endossa este sistema de depreciação, reafirmando a inferiorização de negros e pobres.

1.4 Raça

O termo raça, enquanto subdivisão da espécie humana a partir de traços fenotípicos, localidade geográfica e matriz sócio-cultural, é uma criação histórica datada (QUIJANO, ANÍBAL 2005. p. 35-95). Data da expansão colonialista européia e sua concomitante escravidão moderna pré-capitalista e capitalista. Neste período, inúmeros povos de culturas diversas foram reunidos sob a designação de índios (americanos), negros (africanos),

amarelos (asiáticos), oliváceos (árabes) e, brancos (europeus). Estes últimos em virtude de seus próprios valores culturais categorizaram os demais povos, reduzindo-os em classificações fenotípicas e geográficas enquanto inferiores em uma escala de evolução humana na qual se auto intitularam o ápice.

Estes povos não-europeus por meio da legitimação de um discurso pseudocientífico foram paralelamente dizimados, escravizados e oprimidos pelo imperialismo escravocrata e capitalista europeu. Entre os povos mais inferiorizados, índios e negros, nem sequer foram classificados como o contraponto “inferior” do ocidente assim como os povos orientais.

No Brasil, o processo de independência político-administrativa, assim como o processo de democratização formal, não foi acompanhado de uma democratização sócio-econômico-cultural, prevalecendo, no plano das relações pessoais, práticas e simbologias raciais (racistas) do período colonial escravocrata com suas correspondentes depreciações e concepções pseudocientíficas preconceituosas construídas pelos europeus na primeira metade do século XX. Apesar de estudos genéticos contemporâneos demonstrarem a inexistência de raças humanas, por conta de todo este contexto histórico, ainda hoje segmentos da população classificada como negra ou indígena seguem como os mais desfavorecidos economicamente e os mais oprimidos socialmente dentro da classe mais explorada pelo capitalismo atual.

Contudo ainda existem autores, como Pedrinho A. Guareschi (*apud*, AMORIM, Pierre M. C de) que definem raça enquanto identidade que “liga” a ancestrais biológicos comuns e Pinto Ferreira (*ibidem*) segundo o qual: “a raça é formada pelo conjunto de homens que se assemelham somente por seus caracteres físicos, isto é, anatômicos e fisiológicos ou somáticos”, sendo estudada pela antropologia física ou raciologia. Portanto, para autores como Pierre Souto Maior Coutinho de Amorim, raça tanto existiria, quanto poderia ser cientificamente “medida” e seria, para o autor, a única forma legítima para determinar quais pessoas poderiam ser consideradas aptas, pela situação histórica de desvantagem ocorrida pela escravidão a qual foram submetidos “os indivíduos da raça negra pertencentes a diferentes etnias”, a participarem de políticas compensatórias.

Não pretendo deter-me na questão teórica que subjaz aos conceitos de raça e de etnia, por isso no presente trabalho emprego o termo “cotas étnico/raciais”. A questão histórica se faz importante para explicar a discriminação hoje. E é justamente por se fazer

presente atualmente a desigualdade interétnica ou inter-racial que se constituem “Ações Afirmativas” dentro de uma visão de igualdade substantiva dentro dos pressupostos de justiça compensatória somado ao de justiça distributiva (SANTOS, 2003).

Os dados atuais acerca da desigualdade étnico/racial mostram uma classe pobre majoritariamente negra e classes médias e altas predominantemente brancas (TELLES, 2003 *apud* FRANKLIN e MATTOS, 2007). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) medido através do PNUD em 2003 localiza a população negra cinquenta posições abaixo da população branca (PAIXÃO, 2003 *apud* FRANKLIN e MATTOS, 2007).

De acordo com as pesquisas do DIEESE (DIEESE, 1999 *apud* FRANKLIN e MATTOS, 2007), independentemente dos atributos pessoais, o desemprego entre a população negra é 1 ponto percentual maior que entre a branca, a sua remuneração é também sistematicamente inferior. De acordo com o PNAD de 2001, o rendimento médio familiar *per capita* das famílias brancas era 196% maiores que as famílias negras. Com esta situação, o número de jovens que têm de abandonar os estudos e entrar precocemente no mercado de trabalho também é maior.

Trazendo esse debate para o plano do ensino superior, encontram-se dados que também permitem dimensionar as desigualdades a que demarcam a realidade da população negra, assim como daquela proveniente de camadas menos favorecidas socialmente. De acordo com os dados do Projeto Conexão de Saberes, colhidos no primeiro semestre de 2006 entre todos os que ingressaram na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tem-se: 91,52% de estudantes que se declararam brancos, 1,64% pretos, 4,26% pardos, 0,82% amarelos, 0,45% indígenas e 1,31% não informaram. Pretos, pardos e indígenas somam, portanto, 6,35% (n=2.677). Sobre o tipo de estabelecimento de origem, a escola particular atingiu maioria considerável (62,2%) e a escola pública totalizou 36,8% das respostas.

1.5 Cotas

O processo de percepção das desigualdades sociais, passadas e presentes, tende às vezes a encontrar resistência na idéia do Brasil enquanto país multicultural e miscigenado, pelas características próprias da colonização portuguesa (mais “maleável” que a espanhola).

Este “mito” tem como obra emblemática o livro “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre. O fato de o Brasil ser um país em que a miscigenação e a mistura cultural se fazem mais presentes, não exclui outro fator, que caracteriza a forma como se deu, e ainda se dá, a relação entre as “raças” e as culturas no país. Os negros e indígenas são inseridos na sociedade brasileira, assim como alguns aspectos de suas culturas, mas, de forma subordinada. Tanto suas culturas não representam a cultura erudita e dominante, como seus representantes não figuram entre as classes dominantes.

O início da des-mitificação da democracia racial no Brasil data dos estudos patrocinados pela Unesco a partir de 1950. Estes estudos se tornaram o marco da caracterização da questão racial no Brasil pelos cientistas sociais que, a partir de 1980, através de fóruns de debates, projetos de pesquisa e publicações, em aliança com movimentos sociais, promoveram a luta contra o racismo. Até o início de 1990, a adoção de políticas de ação afirmativa⁵ no Brasil era motivo de controvérsias tanto nos Movimentos Negros como entre cientistas sociais. Contudo, o tema entra na agenda política do governo Fernando Henrique, instituindo-se, em 1995, o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra. O maior passo rumo às ações afirmativas no Brasil data de 2001, quando é realizada a “Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância”, em Durban na África do Sul. No mesmo ano estrearam os primeiros sistemas de cotas em alguns ministérios. Nessa conjuntura, a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro estabeleceu uma percentagem das vagas das universidades estaduais cariocas para “pretos e pardos”. A partir de 2002 o

5 “Originariamente, as ações afirmativas foram implementadas pelo governo dos Estados Unidos da América, a partir de meados do século XX, mormente com a promulgação das leis dos direitos civis (1964), e atingirem o seu ápice após intensa pressão dos grupos organizados da sociedade civil, especialmente os denominados “movimentos negros”, de variada forma de atuação, capitaneados por lideranças como Martin Luther King e Malcon X, ou grupos radicais como os “Panteras Negras”, na luta pelos direitos civis dos afro-americanos. Daí esse conceito influenciou a Europa, onde tomou o nome de discriminação positiva.

Em função das continuadas reivindicações e concernentes ao princípio moral fundamental da não discriminação, os argumentos jurídicos combinados com o movimento social foram capazes de efetuar profunda mudança nas leis e atitudes norte-americanas. Em 1957, 1960, 1964 e 1965, o Congresso dos EUA promulgou leis dos direitos civis. As ações afirmativas requeriam que os empregadores tomassem medidas para acabar com as práticas discriminatórias da política de pessoal e dali em diante adotar todas as decisões sobre emprego numa base neutra em relação à raça.” (SILVA, 2003.)

“Muitos autores citam, quase sempre de passagem, que ações afirmativas podem ser encontradas não só nos Estados Unidos (onde o termo foi “criado” entre as décadas de 50 e 60), mas também em países tão diversos como Índia, México, África do Sul, Nigéria, Argentina, etc. Alguns autores chegam a encontrar “exemplos” de ação afirmativa mesmo no Brasil, desde a década de 1940.(Cf. Silva, J. 2001; Bernardino, 2004).” (PINTO e CLEMENTE, 2006).

sistema de cotas estende-se a diversas universidades públicas, tanto estaduais como federais. (SANTOS, 2003; FERREIRA e MATTOS, 2007; CUNHA *et al*, 2008, PINTO e CLEMENTE, 2006; SILVA, 2003; FACEIRA, 2006).

A discussão em torno do tema da adoção de políticas afirmativas⁶ como as cotas e, dentre estas, as de recorte racial, tem sido alvo de controvérsias tanto dentre os diretamente interessados – alunos e docentes – quanto ao restante, ou seja, os indiretamente envolvidos. Um dos casos mais polêmicos da implementação do sistema de cotas (raciais) foi o da UNB no qual, para acessar as vagas destinadas à negros e pardos, além da auto declaração, se condicionou a pré seleção a avaliação de uma fotografia do candidato. Este procedimento suscitou críticas e observações (Steil, Carlos Alberto (org.). Cotas raciais na Universidade) de várias perspectivas, desde o questionamento da política de cotas enquanto tal por ser argumentado que:

“A questão da 'dívida histórica' para com os afro-descendentes e ameríndios não convence, e é postulada pelos mesmos grupos que preconizam o calote com relação à dívida financeira externa do país com o Primeiro Mundo. Por que eu, meus filhos ou netos irão pagar por um comportamento que não é deles, característico de épocas em que era considerado válido? É bom não esquecer que o tráfico de escravos era desenvolvido com a intermediação direta dos próprios africanos, que tinha o monopólio do apresamento das vítimas em toda a África.”... “Eu concluiria declarando o seguinte: o direito à igualdade de oportunidades, assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, deve ser estritamente respeitado. A desigualdade biológica não tem nada a ver com o princípio ético de que a posição de qualquer pessoa em uma determinada sociedade deva ser reflexo acurado de sua capacidade individual.” (SALZANO, 2006).

Ou questionando, o papel da antropologia ao compor “um tribunal de raças”, definindo juntamente com os demais integrantes do comitê julgador, os “verdadeiros” negros e pardos.

Barrozo (2004) defende a política de cotas em nome do princípio de igualdade, justamente pela não ocorrência da igualdade de oportunidades. Sustenta que o desrespeito desse princípio dado pela discriminação e a conseqüente marginalização, torna a sociedade estruturalmente reprodutora da desigualdade (racial).

Consoante ao propósito desta pesquisa de vincular a implementação de cotas sociais

6 O conceito, ou melhor, conceitos de “Ação Afirmativa” são bem mais amplos do que a política de cotas, sendo esta apenas um tipo de ação afirmativa. Sales Augusto dos Santos (2003) traz várias definições de “Ações Afirmativas” classificando-as de acordo com a amplitude e abrangência em relação aos seus fundamentos filosóficos enquanto movidos por “justiça compensatória”, “justiça distributiva” ou ambas.

e raciais no processo de ingresso na universidade e a visão de meritocracia, o artigo de Francisco M. Salzano é bastante ilustrativo desta relação. A afirmação do vestibular enquanto processo idôneo que assegure igualdade de oportunidades, assevera o autor, é um “princípio ético no qual a posição de qualquer pessoa em determinada sociedade deve ser reflexo acurado de sua capacidade individual”. Já, o jornalista Juremir Machado da Silva defende as cotas nos seguintes termos:

Os inimigos das cotas defendem que o vestibular é o regime do mérito. Bobagem. Não há mérito algum em ganhar de quem não teve oportunidade de se preparar. O mérito só há realmente quando resulta da disputa entre iguais, entre aqueles que tiveram chances equivalentes de preparação. O vestibular é uma armadilha de uma sociedade hipócrita para jogar jovens contra jovens de maneira a que a conta a ser paga pela sociedade e pelos governos em educação seja menor. O custo social, claro, é mais alto (*Jornal Correio do Povo*: 02/07/2007).

Dentro da mesma temática e avançando a discussão do mérito escolar temos o artigo de Márcio da Costa e Mariane Campelo Koslinski: “Entre o Mérito e a Sorte”. No texto os autores discutem o papel dos elementos extra-escolares tanto no desempenho escolar quanto na visão dos estudantes sobre a escola. Ademais, consideram as próprias estruturas desiguais das escolas, enquanto elementos expressivos das trajetórias projetadas por alunos de situações econômico-culturais diversas combinados com escolas com recursos diversos, em seu papel (do sistema de ensino) construtor/reprodutor dos abismos sociais.

2 A “MERITOCRACIA” NOS DEBATES CONTRA E A FAVOR DAS COTAS

O método utilizado para a análise dos conceitos de mérito e meritocracia nos posicionamentos observados, como antes mencionado, é o de análise de conteúdo referenciado por Laurence Bardin (1977). Segundo a autora, este método consiste em romper com o posicionamento de auto evidência do real a partir do posicionamento dos indivíduos. Consiste na realização de uma análise sistemática, a partir de um embasamento teórico (ou justamente, no processo de construção de um) observando as relações e implicações ocultas em um discurso. Apesar de não existir um modelo pronto de análise de conteúdo utilizável em qualquer situação e contexto, este deve adaptar-se ao objeto e objetivos da pesquisa. Quer dizer, cabe a quem pesquisa adaptar um conjunto de técnicas para focar os discursos de forma a analisá-los segundo categorias e indicadores de teorias pré-existentes ou formuladas a partir do próprio material observado.

No caso específico desta pesquisa, ocorreu uma relação de sentido duplo entre material empírico e referenciais teóricos. Uma relação de observação do material a partir do referencial teórico conceitual e ao mesmo tempo da busca de categorias de análise que abarcassem a especificidade da relação entre cotas e mérito encontrada nas argumentações. É justamente esta relação dialógica entre material empírico e categorias advindas das construções teóricas que se reformulam no transcorrer da análise que constitui a especificidade do método.

2.1 Cotas e “meritocracia” – observações da pesquisa

A fim de relacionar o discurso das cotas ao de meritocracia, foram pesquisados e analisados os comentários disponíveis em diferentes meios da mídia virtual, pesquisados,

através dos sites – globo.com (G1) e midiaindependente – bem como dos materiais postados nas “comunidades” do “orkut”. Abaixo encontra-se o nome dessas comunidades, seguido da informação do número de membros que a compõe:

COMUNIDADE ORKUT	Nº DE MEMBROS
Contra Cotas	33555
Anti Cotas Raciais	23798
Sou Contra Cotas para Negros	6754
Cotas! Atestado de Inferioridade!	5911
Contra Cotas (2)	3211
Cotas Sim!	2648
Cotas! A Inclusão que Exclui	2498
Diga Não ao Sistema de Cotas!	1494
Sou Contra Cotas no Vestibular	-----
Não às Cotas na UFRGS	-----

Sobre Meritocracia, foram elencados os principais argumentos que relacionam a questão da implementação das cotas étnico-raciais no vestibular da UFRGS/2008 à lógica meritocrática. O material empírico coletado – comentários disponíveis nos meios eletrônicos – permitiu traçar um perfil genérico dos que se referem ao vestibular enquanto instrumento medidor de mérito ou que relacionam este arcabouço ideário com o mecanismo do vestibular.

- 1) Dentre aqueles que defendem a instituição de cotas no vestibular da Universidade se argumenta que o concurso não poderia medir o mérito individual de forma justa, pois os candidatos dispõem de condições e recursos desiguais para competir. Portanto, questionam não o princípio meritocrático, mas a sua aplicabilidade em uma realidade de candidatos em desiguais condições. Com semelhante argumentação há aqueles que se contrapõe ao sistema de cotas, pois, segundo a sua visão, o que deveria ser melhorado é o ensino público e, neste contexto, promover a brancos e negros melhores condições de concorrência. Dentro desta linha argumentativa a questão étnico/racial é uma não questão, o foco são as condições de ensino e, em algumas colocações, a pobreza, posto que:

esse sistema de cotas só promove o ódio racial, que nunca existiu no Brasil. em vez do governo melhorar o ensino na escola pública, para que todos façam o vestibular nas mesmas condições, ele prefere uma solução simplista e, sim, preconceituosa, para não dizer hipócrita e populista.” (globo.com g1.globo.com/ Noticias/Vestibular)

- 2) Entre os que questionam o vestibular enquanto principio avaliador de mérito (não do mérito enquanto tal, mas o vestibular enquanto “medidor”) destaca-se a não relação necessária entre desempenho no vestibular e desempenho acadêmico. São, portanto, aspectos contrários ao sistema do vestibular (sem o qual não haveria a necessidade de cotas...).
- 3) É, no entanto na argumentação contrária à política de cotas (principalmente raciais) que encontramos uma maior abundância de referências à meritocracia e a todo o conjunto de conceitos que a compõe: iniciativa, dedicação, capacidade, esforço, hierarquia, diferenciação etc. As desigualdades sociais e a reprodução de desigualdades históricas são justificadas nas argumentações com referência aos conceitos que compõe a “ideologia” meritocrática:

O sistema de cotas fere a atual legislação brasileira que prevê igualdade para todos os cidadãos. Não existe embasamento jurídico para estabelecer um sistema de cotas, uma vez que haverá critérios diferentes para a disputa de vagas. Além disso, não existe nenhuma comprovação científica de que pigmentos de pele diferentes interferem no QI das pessoas. Cotas para pessoas de pele diferentes é um atestado de burrice! Porque algumas pessoas, de pele negra, têm preferência? Cotas são na verdade uma exclusão, pois acabam com o principio da igualdade. Infelizmente vivemos num país onde as pessoas sempre têm que dar um jeitinho para conseguir as coisas. Uma conquista de vaga com cota é uma conquista sem mérito algum. Dificuldades para alcançar objetivos na vida todos enfrentam, cabe a cada um trabalhar e estudar para buscar o seu espaço (www.midiaindependente.org/).

Distantes das afirmações elencadas estão os dados relativos à questão da desigualdade consoante à cor de pele no Brasil.

Entre 1960 e 1999 a escolaridade da população em geral aumentou, mas, a desigualdade se manteve. A chance de uma criança branca obter educação básica fica em torno de 85%, enquanto para a criança negra é de 66%, sendo que, para esta, a chance de, concluído este grau, completar o ensino médio é de 40%. Em contrapartida, para a criança

branca, esta chance é de 57%. Dos que completam o ensino médio, os brancos têm o dobro de possibilidade de concluírem um curso superior em relação aos jovens afro-brasileiros.

Dos 5,8 milhões de brasileiros com mais de 25 anos que têm o ensino superior completo, apenas 14,3% são negros ou pardos, apesar de representarem 47,3% da população. Somente 26,4% dos trabalhadores das 500 maiores empresas no Brasil são negros, sendo que dentre os executivos, são apenas 3,4%. Já entre a população de indigentes, 70% são negros. Das empregadas domésticas, parcela de 58% é composta por negras (Super Interessante, maio de 2007 *in* Alternativa Plural, agosto/setembro 2007). Já em relação ao Rio Grande do Sul, foco deste trabalho,

a população negra foi mensurada em de 12,8% e, apenas na Região Metropolitana de Porto Alegre, foi calculada em 14,5%. O analfabetismo da população branca é de 4,9%; da negra, 9,3 e, entre pardos/as, 10%. O analfabetismo funcional foi contabilizado em 15,5% para brancos, 23,4% para negros e 26,9% para pardos. Os reflexos dessas estatísticas são evidentes no mercado de trabalho: pessoas ocupadas brancas possuem, em média, 7,9 anos de estudo e percebem, em média, 3,5 salários mínimos; pessoas ocupadas negras possuem, em média, 6,5 anos de estudo e percebem 2,2 salários mínimos. (Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD, 2004).

Sobre a relação entre cotas e o princípio de igualdade, Barrozo (2004) estabelece a distinção entre igualdade jurídica e igualdade de fato. Um princípio constitucional se destitui de valor quando a lei não assegura mecanismos para sua concretização. É dentro de uma perspectiva de igualdade “substantiva” que se insere a discussão acerca das ações afirmativas (SALES,2003). Outro apontamento relevante nesta questão seria da existência hoje, nos cursos mais concorridos das universidades públicas, de cotas “de fato” para aqueles candidatos com condições econômicas de freqüentarem os melhores colégios e melhores cursos preparatórios (BARROZO, 2004).

Segundo Luiz Fernando Martins da Silva, entre outros autores, as cotas – no sentido de preferências a determinados setores da população, com o objetivo de promover-lhes a inclusão em determinado espaço social – já existiram em várias situações: “Decreto-Lei 5.452/43 (CLT), que prevê, em seu art. 354, cotas de dois terços de brasileiros para empregados de empresas individuais ou coletivas; Decreto-Lei 5.452/43 (CLT), que estabelece, em seu art. 373-A, a adoção de políticas destinadas a corrigir as distorções responsáveis pela desigualdade de direitos entre homens e mulheres. Lei 8.112/90, que

prescreve, em art. 5o, § 2º, cotas de até 20% para os portadores de deficiências no serviço público civil da união. Lei 8.213/91, que fixou, em seu art. 93, cotas para os portadores de deficiência no setor privado. Lei 8.666/93, que preceitua, em art. 24, inc. XX, a inexigibilidade de licitação para contratação de associações filantrópicas de portadores de deficiência. Lei 9.504/97, que preconiza, em seu art. 10, § 2º, cotas para mulheres nas candidaturas partidárias” (SILVA, 2003).

Mais especificamente com relação à reserva de vagas nas universidades públicas brasileiras a primeira delas chamou-se Lei do Boi (Lei 5.465/68) e é datada de 1968. No seu artigo 1º estabelecia a reserva de 50% das vagas das escolas superiores de Agricultura e Veterinária para candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, residentes na zona rural.(GOMES, 2002 *apud* Santos 2003).

No entanto, as cotas aparecem nos argumentos desenvolvidos como um contraponto ao principio constitucional da Igualdade, enquanto as demais referencias a grupos presentes nas leis não são abordadas.

Que igualdade é essa que vocês tanto falam? Se eu e um cotista temos direitos iguais então por que ele pode tirar até 100 pontos a menos que eu e entrar na UFRGS? É obvio que eu to sendo prejudicada! Eu tenho condições de pagar um bom cursinho, então eu provavelmente vou conseguir passar (tendo que estudar e me esforçar MUITO mais por causa das cotas, mas sei que posso conseguir). Mas e aquelas pessoas que não podem? Aquelas que trabalham e não tem todo o tempo que eu tenho? Grande igualdade essa! Ter estudado em uma escola particular não significa ter condições de pagar um ensino superior. Caso vocês não saibam é MUITO mais caro que uma escola de ensino médio. O meu curso é o mais caro de todos! Eu não tenho como pagar uma particular!E mesmo que eu tivesse dinheiro..é um direito meu escolher uma universidade pública! Tendo dinheiro ou não! Por que eu vou pagar se eu posso fazer de graça? Posso usar esse dinheiro pra milhões de outras coisas! No Brasil pouquíssimas pessoas têm dinheiro de sobra! São raras as pessoas que podem pagar uma faculdade sem ter que abrir mão de outras coisas! E mesmo assim, eu acho o ensino da UFRGS melhor em alguns cursos! Por que eu iria investir um monte na minha educação pra chegar na hora de entrar numa universidade e escolher uma faculdade pior, se eu posso entrar na melhor? Só pra facilitar pros pobres e negros? Por favor, né! Eles que vão estudar! Quem quer de verdade consegue! Quem estuda de verdade passa, sendo de escola publica ou não! Quem quer de verdade vai trabalhar pra pagar um cursinho! Por que eu tenho que abrir mão de um direito meu? Por acaso pobre e negro é burro? Tem menos capacidade? Claro que não! O governo tem que melhorar o ensino, e não tirar as vagas dos estudantes que se mataram estudando, que os pais fizeram o maior sacrificio pra manter numa escola particular pra garantir um ensino melhor! (www.midiaindependente.org/)

Esta percepção presente principalmente nas classes médias e altas, da universidade

enquanto “propriedade por direito sua”, é bem colocado na argumentação desenvolvida por Ozaí Antônio da Silva (2006) “...até mesmo pelo investimento que fazem na preparação dos seus filhos, vêem a universidade como sua”. As cotas parecem-lhe um perigoso artifício para lhes tirar um “direito adquirido” pela posição que ocupam na sociedade. Admitem até mesmo que os pobres concorram, mas não reconhecem que o ponto de partida destes é inferior. E, no limite, acabam culpando o pobre pela situação em que se encontra. Privatizam o espaço público da universidade, através “das cotas de facto”(BARROZO, 2004) que ocupam nos cursos mais concorridos.

Cotista é tudo vagabundo mesmo. Pessoa inteligente e esforçada passa sem esse sistema ridículo que só é defendido por gente ridícula e que não tem inteligência pra passar no vestibular por mérito próprio (orkut. Filtro: ufrgs Comunidade: Sou contra cotas no vestibular).

Embora não se possa definir de forma contundente a situação de todos os componentes deste discurso, pode se afirmar que grande parte advém de alunos de escolas particulares e de cursinhos pré-vestibulares pagos, membros da parcela da população menos desfavorecida que historicamente tem ocupado as vagas dos cursos mais concorridos da UFRGS e, relacionam a qualidade dos cursos à “qualidade” dos alunos.

2.2 Movimento Estudantil Liberdade

O grupo organizado mais proeminente no conjunto daqueles contrários à implementação do sistema de cotas na UFRGS é o Movimento Estudantil Liberdade. O movimento é coordenado pelos alunos: Cláudia Thompson, Márcio Leopoldo Maciel e João Leonardo Fracassi. Cláudia Thompson é conselheira do Consun, Conselho Universitário, órgão deliberativo da universidade. Em 2007, ela impetrou uma ação judicial contra o conselho por este não haver respeitado o prazo de 5 dias úteis de aviso prévio à eleição na qual seria votada a implementação das cotas étnico-sociais (www.TRF4.jus.br). O processo não obteve êxito e, a despeito de toda a mobilização empenhada por este grupo, as cotas foram implementadas na Universidade.

O grupo possui 2 anos de existência e não limita as suas atividades e objetivos somente ao enfrentamento à política de cotas, mas tem um projeto de Universidade ligado

aos ideais da Escola Austríaca de economia e possui ligações com as entidades promotoras desta ideologia no país e, especificamente no Rio Grande do Sul. Em 14 de outubro de 2008 promoveriam um evento correlato ao “Fórum da Liberdade”, o “1º Fórum Universidade Livre” com os temas: “Direito à Propriedade”; “Estado X Mercado”; “Liberdade Econômica e Desenvolvimento”; “Cotas ou Mérito”; “Educação e Empreendedorismo” e, “Educação para a Liberdade”. Tal evento, no entanto, não se realizou, por motivos desconhecidos.

Este grupo tem como embasamento a discussão acerca da oposição entre uma universidade inclusiva e uma universidade de excelência, afirmando a sua opção pela segunda. O conceito de excelência utilizado é aquele definido pelo mercado, e a nova realidade que apontam é a conjuntura das demandas do mercado capitalista. Os valores são da competição e do empreendedorismo, pois não há opção de desenvolver o ensino de qualidade apartadamente das empresas, pois a definição de “qualidade” é a utilidade para a economia capitalista. É a transposição da concepção de um indivíduo no sistema capitalista de produção e circulação de mercadorias para algo a-histórico, o indivíduo capitalista, como ser humano genérico. Este movimento reivindica-se apartidário, mas liga-se aos interesses das entidades patronais como Federasul, Farsul, IEE, entidades que representam os mesmos interesses dos Institutos Liberais trabalhados por Denise Gros em “Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil”. A concepção destes interesses como apartidários advém da própria doutrina neoliberal que não concebe a lógica econômica do mercado como um interesse político de um grupo na sociedade, mas como a própria e única forma de existência da sociedade. Condenam o conceito de justiça social como algo ultrapassado e admitem apenas os mecanismos “naturais” (do mercado) como promotores de bem estar.

Assim, o mérito estaria no desempenho superior no concurso vestibular que, analogamente ao mercado, não mede as desigualdades a que estão submetidos os indivíduos (desigualdades de origem e oportunidades) no processo competitivo, estando mais aptos os que puderam melhor se preparar e as cotas seriam um mecanismo ligado ao conceito de justiça social, incluindo na universidade, aqueles não tão aptos, prejudicando a excelência.

Segue a auto apresentação do grupo: Quem Somos?

Nós somos um grupo de estudantes que acredita ser possível mudar o movimento estudantil e contribuir com o desenvolvimento educacional do país. Somos independentes, não temos vínculos partidários. Para nós, o desenvolvimento social e a redução das desigualdades só acontecerão quando tivermos uma educação de excelência, voltada para o empreendedorismo e fundamentada nos princípios da liberdade individual e da ética. O Movimento Estudantil Liberdade surgiu para ser uma alternativa ao anacrônico movimento estudantil tradicional que, paradoxalmente, permanece atrelado a um mundo que já não existe. O Movimento Estudantil Liberdade foi criado em 2006, na UFRGS, por estudantes que não se sentem representados pelo DCE. As diversas irregularidades, a partidarização, o dogmatismo e a falta de transparência retiram do DCE a credibilidade e a força para representar os estudantes e afastam a maioria dos colegas da participação no movimento Estudantil.⁷

O Título do artigo “[Universidade: Popular x de Excelência](#)”, de autoria do estudante de Ciências Contábeis e representante discente do CEPE, Anderson Gonçalves, remete à visão de oposição entre a existência de cotas e a excelência acadêmica, entre o objetivo de inclusão social e a qualidade da universidade, característicos da visão de mundo que propagam.

Uma diferença contrastante entre o ensino "popularizante" e o de "excelência" está na questão pedagógica: O conceito de "Universidade Popular" está vinculado à idéia da chamada "pedagogia do oprimido", onde se coloca a luta de classes como objetivo primeiro da educação, como se o papel da Universidade fosse fazer uma pretensa "justiça social". É um pensamento bastante ultrapassado, carregado de valores e dogmas do século passado. O conceito de "Excelência", por sua vez, busca um ensino que prepare para o futuro, num mundo cada vez mais competitivo, e onde as relações econômico-sociais mudaram muito (relações de trabalho, globalização, avanço científico-tecnológico, etc.). Na era da terceirização, da economia global, da internet, pensarmos na velha educação que buscava tão somente formar profissionais em busca de um emprego fixo e seguro está completamente ultrapassado. E a nova educação deve dar condições para que, cada vez mais se forme pessoas preparadas para a nova realidade. Neste sentido, a "Universidade de Excelência" está intimamente ligada ao conceito de EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO, onde o cidadão desenvolve suas capacidades individuais para atuar com liberdade e consciência para ser dono do seu próprio futuro. Por isso, certamente a disputa política na Universidade tem como pauta central este tema, onde a "esquerda" (DCE, P\$OL, PT, PCdoB, PSTU) cumpre o papel reacionário neste processo, de defesa da velha ideologia marxista, e o MEL se coloca como força que busca a mudança.” (<http://movimentoestudantiliberdade.blogspot.com>)

No mesmo *site* encontra-se um conjunto de frases selecionadas pelo grupo

7 Segue: “ **O que defendemos?** Pluralidade: o diálogo e o respeito ao outro são fundamentais para que possamos obter conquistas. Sem radicalismos somos ouvidos e respeitados. Defendemos que o movimento estudantil seja plural e democrático, garantindo o espaço à diferença. Ética e Transparência: um DCE que não presta contas e esconde suas receitas não representa os estudantes. É preciso resgatar a ética no DCE, ser transparente com o dinheiro público. Benefícios: O DCE deve priorizar projetos e ações que tragam benefícios concretos aos estudantes.”

conectando à ideologia que propagam idéias subscritas pelos autores: Friedrich Nietzsche, Friedrich A. Hayek, Carl Cohen, Nelson Rodrigues, F. Hoelderlin e Millôr Fernandes, como consta no fragmento emoldurado abaixo.

Autoria /Frases

Friedrich Nietzsche	“Uma vez tomada a decisão de não dar ouvidos mesmo aos melhores contra-argumentos: sinal do caráter forte. Também uma ocasião: vontade de se ser estúpido.”
Friedrich A. Hayek	“Nem as boas intenções nem a eficiência de organização podem preservar a decência num sistema em que a liberdade e a responsabilidade pessoal se acham destruídas.”
Carl Cohen – professor de Filosofia da Universidade de Michigan.	“Preferências raciais com intenções benévolas fizeram mais em duas décadas para prejudicar a reputação intelectual dos negros e outras minorias que todos os fanáticos fizeram na metade do século anterior.”
Nelson Rodrigues	“Não há ninguém mais bobo do que um esquerdista sincero. Ele não sabe nada. Apenas aceita o que meia dúzia de imbecis lhe dão para dizer.”
F. Hoelderlin	“O que sempre fez do Estado um verdadeiro inferno foram justamente as tentativas de torná-lo um paraíso.”
Millôr Fernandes	“O comunismo é uma espécie de alfaiate que quando a roupa não fica boa faz alterações no cliente.”

<http://movimentoestudantilliberdade.blogspot.com>

No *site* também aparecem as comunidades virtuais apoiadas pelo grupo além de *links* e *sites* relacionados. Os dois quadros expostos na seqüência apresentam a referência desses ambientes virtuais e seus respectivos endereços na Internet.

Referência	Endereço na Internet
Ordem Livre	(http://www.ordemlivre.org/) 8;
Instituto Liberal do RS	http://www.il-rs.org.br/site/home.php 9;
Instituto Goethe	www.goethe.de/ins/br/poa/ptindex.htm 10
Instituto Friedrich Naumann para a Liberdade	www.ffnbrasil.org.br/novo/secao=BD&codigo=811 ;
Escola sem Partido	www.escolasempartido.org/index.php?id12
Aclame	lead.cap.ufrgs.br/imposto/aclame.php (http://www.ac lame.com.br ;
Contra Cotas	www.contracotas.blogspot.com/ *

8 “Quem somos: OrdemLivre.org é uma organização não-governamental independente de qualquer vínculo partidário. Fundada sobre os princípios de liberdade individual, mercado livre, paz e governo limitado, OrdemLivre.org promove uma ordem econômica eficiente e uma filosofia política moral e inspiradora por meio de publicações e eventos.”

9 “O Instituto Liberdade (IL-RS) é uma organização da sociedade civil (ONG), sem fins lucrativos, mantida por contribuições voluntárias de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, sem qualquer vinculação político-partidária e não tem relação de subordinação com organizações nacionais ou internacionais. **Histórico:** O Instituto Liberdade teve suas raízes no Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, que foi criado em 1986 e já desenvolvia atividades autônomas e independentes para a região Sul da Rede Liberal. A partir de 11 de maio de 2004 a sua nova designação como Instituto Liberdade confirma sua posição de liderança no Brasil com a ampliação de sua carta de princípios já descritos em sua Missão. **Missão e Objetivos:** O Instituto Liberdade é um **think tank** por excelência, pois firma-se no mercado local, nacional e internacional como produtor de idéias e construtor de influências. Seu objetivo é promover a pesquisa, a produção e a divulgação de bens educacionais e culturais que demonstrem as vantagens para todos os indivíduos de uma sociedade organizada, com base nos princípios dos direitos individuais, de governo limitado e representativo, de respeito à propriedade privada, aos contratos e à livre iniciativa. O Instituto Liberdade defende o Estado de Direito, a descentralização do governo, a economia de mercado e apóia os empreendedores intelectuais multidisciplinares na produção de análises e recomendações em políticas públicas, seguindo os preceitos da Escola Austríaca de Economia. O Instituto Liberdade desenvolve ações permanentes e de longo prazo, produzindo estudos, pesquisas e propostas em políticas públicas; edita livros e publicações; organiza cursos, colóquios, debates, seminários e conferências disseminando as idéias liberais clássicas entre os formadores de opinião no meio empresarial, jurídico, acadêmico, cultural e político”.

10 “O Goethe-Institut é o Instituto Cultural da República Federal da Alemanha e desempenha a sua atividade em todo o mundo. Promovemos o conhecimento da Língua Alemã no estrangeiro e fomentamos a colaboração cultural em nível internacional. Transmitimos uma visão abrangente da Alemanha através de informações sobre a vida política, social e cultural alemã.”

11 “O Instituto Friedrich Naumann para a Liberdade é a representação no Brasil da [Friedrich-Naumann-Stiftung für die Freiheit](http://www.friedrich-naumann-stiftung.de/) e conta atualmente com cinco parceiros para o fomento e a difusão das idéias liberais em diferentes setores da sociedade.

12 “**Apresentação** Numa sociedade livre, as escolas deveriam funcionar como centros de produção e difusão do conhecimento, abertos às mais diversas perspectivas de investigação e capazes, por isso, de refletir, com neutralidade e equilíbrio, os infinitos matizes da realidade. No Brasil, entretanto, a despeito da mais ampla liberdade, boa parte das escolas, tanto públicas, como particulares, lamentavelmente já não cumpre esse papel. Vítimas do assédio de grupos e correntes político-ideológicas com pretensões claramente hegemônicas, essas escolas se transformaram, nos últimos anos, em meras caixas de ressonância das doutrinas e das agendas desses grupos e dessas correntes.” (segue, vide apêndice)

Comunidades correlatas no orkut:

Referência	Endereço na Internet
UFRGS	http://www.orkut.com.br/Community.aspx?cmm=23985
Contra cotas na UFRGS!	http://www.orkut.com.br/Community.aspx?cmm=19276353
Chega de tanto imposto	http://www.orkut.com.br/Community.aspx?cmm=6978699
Cotas para negros é racismo	http://www.orkut.com.br/Community.aspx?cmm=5686041
Meritocracia	http://www.orkut.com.br/Community.aspx?cmm=307033

O evento que seria promovido pelo grupo é apresentado no “blog” da seguinte forma:

“O **Fórum Universidade Livre**, em sua 1ª edição, com o tema “**Educação para a Liberdade**”, surge num momento ímpar, quando o Brasil desponta entre os últimos colocados em educação, crescimento econômico e desenvolvimento, mas entre os primeiros em corrupção, burocracia, alta carga tributária e estado ineficiente. Após a publicação do [Índice de Liberdade Econômica 2008](#), em que fica comprovada a relação entre liberdade econômica e desenvolvimento, urge que repensemos o papel da educação e da Universidade para que o país encontre o caminho do crescimento e da prosperidade. Está claro para nós que nos encontramos atualmente numa encruzilhada histórica: ou o ensino no Brasil supera os velhos conceitos, dogmas e teorias que já se mostraram superados no mundo inteiro, ou continuaremos patinando, eternamente conhecidos como “o país do futuro” (que nunca chega) num mundo cada vez mais competitivo e globalizado.

Educação para a Liberdade, com um **Ensino voltado para o Empreendedorismo**, é a única saída para transformar o Brasil numa potência econômica e socialmente justa. Por isso, junte-se a nós nesta luta! O [Movimento Estudantil Liberdade – MEL](#), que no dia 08 de março de 2008 completou 2 anos de existência, nasceu com o objetivo de ocupar os espaços da Universidade para defender os valores da **Livre Iniciativa**, do **Estado Democrático de Direito**, da **Educação voltada para o Empreendedorismo** e da **Excelência Acadêmica**. Aos poucos, o MEL tem crescido, ganhou credibilidade (*dentro e fora da Universidade*) e hoje já está presente em praticamente todos os cursos da UFRGS, assim como tem servido de incentivo para outras iniciativas, em outras instituições de ensino do RS e do País”(www.forumuniversidadelivre.blogspot.com)

Uma semana antes do período em que seria realizado o evento o “link” para a página de sua divulgação tornou-se inacessível, no entanto sem notificação no “blog” de que a atividade seria cancelada ou transferida.

Apesar de reivindicarem de forma reiterada o apartidarismo os palestrantes do evento, na apresentação feita pelo grupo, advém de entidades de classe (patronais) ou possuem obras que se relacionam de forma direta com a ideologia que o movimento propõe a difundir. Na página de divulgação da atividade também se encontram ícones relacionados com a divulgação das idéias neoliberais.¹³

Sobre um encontro realizado pelo grupo sobre o qual se localiza nota a respeito dos participantes (“dezenas de colegas de vários cursos, entre os quais alguns que ingressaram na UFRGS através de decisões judiciais contra as cotas, além de representantes de diversos DAs e Cas”) e sobre as resoluções do encontro. Dentre as resoluções existe uma certa ambigüidade em relação à reivindicação de *apartidarismo* e uma oposição ferrenha ao que caracterizam como esquerda, principalmente em relação ao DCE. Como já exposto, os conceitos de excelência, mérito e empreendedorismo não são ideologicamente neutros, representam um posicionamento político e identificam-se a partidos políticos contrariando a reivindicação de *apartidarismo* do Movimento.

O MEL vai continuar defendendo a EXCELÊNCIA na Universidade, o MÉRITO como critério de ingresso (contra a demagogia das cotas) e o ensino voltado para o EMPREENDEDORISMO.

<http://movimentoestudentilliberdade.blogspot.com>

As propostas para o DCE também apresentam a mesma linha política:

- DESPARTIDARIZAR (*DCE p/ os estudantes, não p/ os militantes.*);
- Pelo fim da imposição de cotas na UFRGS (*Os representantes discentes devem defender isso no CONSUN.*);
- Criação da Central de Estágios do DCE;
- Incentivo ao Empreendedorismo na Universidade;
- Parcerias com empresas;
- Modernização do *site* e jornal da entidade;
- Jornalismo Responsável: Contratação de jornalista profissional e fim do "*jornal apócrifo*" do DCE.

<http://movimentoestudentilliberdade.blogspot.com>

13 **O Capitalismo venceu!** Vídeo que mostra a relação entre o Índice de Liberdade Econômica e o de Desenvolvimento Humano. O mercado se mostrou mais eficiente que o Estado no combate à miséria.

“**XXI FÓRUM DA LIBERDADE** - Vídeo da campanha publicitária do maior evento liberal da América” (www.forumuniversidadelivre.blogspot.com)

A partir do material coletado pode-se perceber uma nítida proximidade dos valores e concepção de ensino e, do papel da universidade que, subordinada a perspectiva de sociedade do mercado capitalista, formaria profissionais empreendedores em uma realidade social de competitividade acirrada.

Com relação à excelência, esta pode se definir como resultado do processo competitivo, pois, dentro da lógica do neoliberalismo, o progresso humano e tecnológico são vistos como resultado da interação competitiva objetivando a manutenção e a elevação do *status quo* (posição na hierarquia social ocupada) do indivíduo dentro da concorrência capitalista.

É justamente este “espírito” do sistema social capitalista atual que o grupo procura disseminar no sistema de ensino universitário, visando transpor, a autonomia relativa da instituição de ensino (BOURDIEU e PASSERON. A Reprodução) com relação ao estado de propagação ideológico construído e divulgado pelos grupos empresariais. O objetivo é colocar o ensino universitário em sintonia com a visão de mundo dos conglomerados capitalistas do mundo do capital globalizado. Que a universidade forme os agentes e subordinados “desejados” pelo mercado – o “homem” para a empresa capitalista mundializada, seja como administrador ou subordinado – empreendedores e intra-empresários, profissionais para “vencer” na competitividade por bens materiais e status social.

Esta é a proposta para o ensino universitário, ou mais precisamente para o ensino em geral, deste movimento ideológico que o grupo representa, organizando-o a partir da UFRGS. É coerente com a visão de mundo que se filiam e propagam a crítica a qualquer forma de conter a seleção artificial naturalizada - do mercado - representada na universidade inicialmente pelo sistema seletivo eliminatório do vestibular, haja vista a desigualdade social não ser considerada problema para esta ideologia. Já que a excelência e o mérito são medidos não pelas atitudes, perspectivas, nem mesmo pelo esforço e dificuldades, mas pelo resultado auferido na concorrência com os demais. A meritocracia que propõem como processo legítimo de hierarquização social é promovido por interações sociais competitivas e medido pelos resultados destas disputas, não sendo levadas em consideração, como inviabilizadores de resultados legítimos, as diferenças individuais de todos os tipos e as desigualdades sócio-econômicas de que partem os indivíduos no

momento em que são submetidos aos processos competitivos, seletivos e eliminatórios das instituições sociais – os diversos mercados concorrenciais - no qual se situam os sistema de ingresso, permanência e progressão da universidade.

Dentro da tipologia de mérito de Barrozo (2004) poderíamos classificar, de acordo com o posicionamento adotado pelo M. E. L., como mérito do tipo instrumental por desconsiderar a trajetória desigual dos vestibulandos como fator relevante para o desempenho no concurso vestibular. Ao defender a legitimidade concorrencial na definição de excelência, na verdade se legitima a desigualdade e a privatização por uma classe e por seus valores do espaço público da universidade (SILVA, 2006).

Fernando Becker em entrevista para a revista IHU ON-LINE (IHU-On-Line, São Leopoldo, 30 de agosto de 2004) apresenta argumentação semelhante ao temer a queda da qualidade da universidade pela queda “no rigor da seleção de pessoal”. Diz que o problema é estrutural e que não está na escola (apesar de apontar a melhoria do ensino médio como uma melhor solução para a inclusão do que as cotas), mas nos “alunos sem condições de frequentá-la”.

O fato da desigualdade étnico/racial e social ser estrutural e, de muitas vezes os alunos das escolas públicas por causa da extrema pobreza e ausência de uma estrutura sócio-familiar que possam lhes apoiar psicológica e materialmente para que tenham as pré condições de seguir o curso escolar, transferir a impossibilidade de solucionar esta situação social para a incapacidade do indivíduo, além de uma inversão lógica conveniente ao *status quo*, endossa a concepção de universidade pública como espaço de alguns selecionados de acordo com seus próprios critérios de qualidade.

A partir destas observações parte-se para a análise da argumentação do grupo de defensores das cotas na UFRGS.

2.3 “Meritocracia” com cotas

Analisando a argumentação postada no site - ufrgsprocotas.noblogs.org - que organiza uma grande quantidade de argumentações favoráveis ao sistema de cotas postadas

por alunos, professores, jornalistas, pessoas de dentro e de fora da Universidade, pude observar as argumentações, filtrando as que continham referência a meritocracia, dos posicionamentos que encontrei. De todas as formas de abordar a questão da meritocracia, em especial do sistema seletivo vestibular, mas, também, acerca da meritocracia acadêmica, percebi que apesar de críticos ao sistema vestibular enquanto sistema reprodutor de desigualdades, as argumentações não se contrapõem a meritocracia enquanto sistema legítimo de auferir desigualdade legítima. As argumentações partem de pontos de análise da realidade distintos, mas convergem em dois pontos, fundamentalmente: 1) sistema seletivo vestibular é um mecanismo reprodutor das desigualdades; 2) e, a meritocracia acadêmica não é abalada pelo sistema de cotas, ou, para que possa existir, precisa dele.

Arlei Sander Damo, Professor de Antropologia da UFRGS, compreende o sistema de concurso vestibular como algo que demanda um treinamento específico e, portanto, que não seria um mecanismo eficiente de selecionar necessariamente o que se define como “melhores”. Defendendo a meritocracia de um modo geral no sistema avaliativo da Universidade o autor define as cotas como um “catalizador” para aqueles que tiveram menos recursos para treinarem para o concurso vestibular. Portanto, considera legítima a avaliação concorrencial meritocrática em sentido amplo e a seleção “dos melhores” para vagas ou “postos escassos” porém visualizando que o resultado do exame vestibular pode carregar distorções devido ao acesso balizado por recursos econômicos e não por “mérito” do candidato necessariamente.

Conforme Nair Iracema Silveira dos Santos e Rosane Neves da Silva (Professoras do Instituto de Psicologia da UFRGS), o sistema do processo vestibular é meritocrático e excludente. Sendo assim, consideram que as cotas serviriam, sem acabar com a seleção meritocrática, para deixar a concorrência entre “iguais” e se não há vagas para todos no ensino público, que sejam priorizados aqueles que não teriam como acessar de outra maneira o ensino superior. Propondo que as habilidades cognitivas se desenvolvem no decorrer da vida acadêmica, acreditam que não faria sentido substituir a prova do vestibular por uma de “habilidades cognitivas”, haja vista o fato de que isto não modificaria a defasagem de pré-condições que já se percebe no exame do concurso vestibular. Nesta visão persiste a percepção do resultado do concurso vestibular como meritocrático, muito embora ele seja visto como excludente, a sua manutenção através do sistema de cotas

abrandaria esta face do sistema seletivo na medida que o mérito deixa de ser o “único critério” de ingresso.

Cláudia Fonseca (antropóloga, professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, Núcleo de Antropologia e Cidadania), menciona o fato da quase ausência de estudantes negros na universidade, (conflitando com a visão próxima do que é proposto pelo grupo de estudantes “liberais”) colocando o papel que cumpre ‘o vestibular para dar um atestado de neutralidade ao sistema meritocrático’. Justificando esta “quase ausência” pelo fato de os estudantes negros terem menos anos de estudo e em escolas de pior qualidade que os estudantes brancos, a autora defende o sistema de cotas enquanto um mecanismo de correção desta desigualdade. Dessa perspectiva, contrapõe-se à proposta de esperar que o sistema de educação fundamental melhore e à responsabilização (culpabilização da vítima) do aluno pela escola onde se insere.

André Marengo (Doutor em Ciência Política e Professor do Departamento de Ciência Política IFCH/UFRGS), postula que: “Os argumentos de críticos e defensores de políticas afirmativas convergem em um ponto: para ambos, haveria uma oposição entre a instituição da meritocracia como regra para recrutamento acadêmico e a implantação de mecanismos compensatórios, sociais ou raciais.” Esta visão do autor está presente principalmente nos posicionamentos daqueles que são contrários às cotas, ilustrativo deste fato foi a pesquisa realizada por Sales Augusto dos Santos, baseada nas opiniões dos pós-graduandos da UNB. Nesta pesquisa a resposta mais recorrente utilizada como justificativa para posicionarem-se contra as cotas para negros na universidade foi: “porque o mérito deve ser critério exclusivo de seleção para a universidade. É preciso selecionar os melhores, independentemente da cor, raça do candidato(a).” Este tipo de mérito, classificado por Sales Augusto dos Santos como “mérito de chegada” (SANTOS, 2003 p. 118) ou “mérito instrumental” (BARROZO, 2004) é o mesmo reivindicado pelo Movimento Estudantil Liberdade. No entanto, a definição adotada como mais coerente com a definição de meritocracia pelo professor André Marengo é a mesma defendida por Santos e Barrozo.

O equívoco de ambos consiste em não perceber a coerência existente entre meritocracia e a adoção de uma regra de cotas como procedimento para a ocupação de vagas universitárias. Em suas origens, meritocracia surge como alternativa ao *status* herdado pelo nascimento como critério para ocupação de postos públicos. Trata-se de substituir *ascription* por *achievement*, premiando a capacidade individual e não o berço na configuração da hierarquia social. A ironia é que vantagens adscritivas foram capazes de adaptar-se às novas regras

impostas pela individualização das sociedades modernas, reconvertendo capital econômico e social familiar, em capital escolar (BOURDIEU, 1989, BOLTANSKI, 1982).”...“A conversão de exames vestibulares em simulacros de mérito individual não deve induzir-nos ao desprezo pela relevância de regras meritocráticas, como condição para o estabelecimento de instituições racionais e impessoais. Trata-se de controlar as distorções provocadas pela origem social, neutralizando o efeito *path-dependent* berço=diploma=renda (MARENCO, 2008).

O autor, partindo da idéia da meritocracia como sistema de distribuição desigual de diplomas valorizados pelo mercado que se fundamenta na capacidade individual em contraposição a todas as vantagens sociais herdadas pelo indivíduo, coloca as cotas como mecanismo necessário à meritocracia, para que esta possa operar. Assim, este mecanismo corrigiria as distorções de capital econômico e cultural que os candidatos às escassas e desejadas vagas da Universidade já dispõe independente do seu mérito individual. O autor argumenta a partir de John Rawls, que isto estaria de acordo com a teoria liberal. E seria um procedimento necessário para podermos falar em “harmonia racial” através deste mecanismo, uma ação afirmativa, para constituição de uma mobilidade social intergeracional.

A partir da análise das argumentações não é difícil agrupá-las, principalmente a do professor André Marengo, dentro da tipificação de “mérito pessoal” (BARROZO, 2004), enquanto valor do indivíduo desvelado de suas condições. Um tipo de mérito que necessita das cotas para operar, pois, coloca em concorrência apenas pessoas em situação de desvantagem social semelhante, constituindo-se em uma concorrência “leal”. A partir desta conceituação parte-se para as últimas considerações desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho está longe de ser conclusivo acerca das questões que aborda, dada a sua brevidade e a magnitude do viés da realidade social enfocada. A análise suscita, no

entanto, uma questão bem mais ampla que é o estudo do grau de instauração nas nossas consciências, da legitimidade da hierarquização social dos indivíduos a partir de suas “características e atitudes” diferindo apenas no momento da realização da avaliação. Portanto, a ruptura com a estrutura avaliativa dos indivíduos em concorrência não ocorre, seja na prática do sistema de cotas, seja no arcabouço de idéias que são mobilizados para sua reivindicação, respondendo assim a uma das questões que norteiam esta pesquisa. Não estou com isso querendo dizer que ambas as posições se equivalem, que as idéias de sociedade e de ser humano, subjacente a defensores e opositores das cotas não se contrapõem de modo substancial. Pelo contrário, as idéias mobilizadas pelos opositores da política de cotas pelo discurso meritocrático são, em uma palavra, “reacionárias” (HIRSHMAN, 1992), visando a manutenção de um sistema de privilégios, as cotas de “facto” (BARROZO, 2004). Nisto especificamente reside a sua especificidade de mérito, a sua legitimação dos resultados auferidos em uma disputa totalmente desigual assim como sua meritocracia que presta deferência à realidade social profundamente segregatória e hierarquizada, totalmente “de acordo” com a tendência hegemônica da ideologia dominante.

Já o mérito e a meritocracia adotados pelo grupo de defensores da política de cotas (quando utilizam estes conceitos ou estas idéias) é baseado nos “valores” da “dedicação”, do “esforço” pessoal, da “superação” das dificuldades. Ou seja, estão mais de acordo com os fundamentos de uma “ética protestante” (WEBER, 2004) do que simplesmente um discurso legitimador da ordem dada que caracteriza a ideologia do neoliberalismo. Situa-se, portanto, no campo das idealizações de justiça na realidade social característica do processo de consolidação do sistema capitalista e construção das democracias burguesas, ao contrário do modelo atual que naturaliza as desigualdades sociais. Contudo, não se pode deixar de ressaltar a vinculação e mais especificamente a não ruptura da defesa de ambos os “modelos” de mérito e meritocracia. Ambos legitimam, embora que para grande parte dos defensores das cotas e até para parte daqueles que a ela se opõe (aqueles que não argumentam para isso a existência de meritocracia no vestibular sem as cotas) não defendam um processo seletivo concorrencial e eliminatório para o ingresso em um curso superior, a valorização social desigual dos indivíduos na sociedade. Esta “valorização desigual” baseia-se em critérios de “justiça”. Como definir a medição desta justiça é que encontra variância. Para uns, por legitimarem a ordem social tal qual se apresenta, ela

baseia-se no simples resultado da disputa. Para outros, para que haja justiça através da percepção das amplas desigualdades (sociais e étnico/raciais), é preciso que se leve em conta a trajetória dos indivíduos.

Desnecessário afirmar a “maior aproximação” com a perspectiva dos segundos, adotada pelas perspectivas teóricas utilizadas para esta pesquisa. A injustiça das desigualdades sociais e a conseqüente (ou sua causa) hierarquização social, inclinando a afirmar que as primeiras derivam da última, não são solucionadas, no entanto, simplesmente por estarem sendo consideradas na “avaliação” de um indivíduo. Justamente por este objetivo não ser o objetivo da política (de cotas), mas sim, o de uma menor “desigualdade de oportunidades”. Portanto nem a política de cotas nem os argumentos de seus defensores efetuam uma ruptura com a idéia de uma valorização e aferição de bens sociais desigualmente entre os indivíduos em sociedade. Portanto, não rompem com a hierarquização social arbitrariamente calcada seja em “capacidades”, “desempenho”, “talentos”, “resultados” ou em “dedicação”, “esforço”, “inteligência”, “obstinação”. Se todas estas características existem de formas diferentes nos indivíduos, em graduações e em direções distintas, com objetivos distintos, questiono quais seriam os critérios de hierarquização legítimos para tais atributos, ou, qual a legitimidade que não seja arbitrariamente instituída de hierarquização de características ou objetivos, ou ainda mais objetivamente, da capacidade de efetivação destes pelo indivíduo? Se é esta a constituição do mérito pessoal, se é esta a “substância” que compõe a meritocracia, então é nisto que baseamos nosso critério de valorização e alocação de bens sociais nos indivíduos. É neste arbitrário de valores e capacidades datados e circunscritos à uma cultura e a um sistema econômico-moral-cultural que baseamos nossa justiça. Será este critério de justiça dotado de algum valor intrínseco?

Estas perguntas não têm como serem respondidas com esta pesquisa, mas, sem dúvida há como suscitá-las. Elas estão dadas no momento em que não se rompe com os conceitos de mérito e de meritocracia como podemos depreender das argumentações contrárias e favoráveis às cotas quando fazem uso destes conceitos ou das idéias das quais estes se constituem. Percebe-se que algo não está em disputa, nem na aplicação, nem nos resultados estimados e, nem mesmo nas análises discursivas acerca das desigualdades sociais e hierarquização social, ou seja, a própria desigualdade e hierarquização sociais.

A meritocracia, se abordada segundo a definição apresentada neste trabalho, torna-se o pressuposto filosófico fundante/resultante da divisão social, ou melhor, resultado legitimado da divisão hierárquica das sociedades. Sua idéia fundamental é distinguir, seja qual for a base valorativa sobre a qual esteja firmada, os que serão considerados melhores que outros naquilo tido como fundamental para os seres humanos. Ela relaciona-se dialeticamente com a realidade concreta e, ao contrario da proposta da meritocracia vigente, o mérito não deve ser visto como causa da ordem social. Seria o oposto, uma leitura ideologizada do resultado (BOURDIEU y PASSERON, 2003). Os mais valorizados não são os possuidores de mérito; os privilegiados é que seriam valorizados ao definirem o que é digno de mérito, da mesma forma que o patrão define como bom empregado quem melhor atende às suas necessidades. O que é digno, o mais importante, o que constitui o mérito não é algo existente por si mesmo, é algo sempre definido de forma dependente dos valores sociais. Valores estes assentados na distribuição de poder dentro das sociedades que, por sua vez, baseia-se na posse desigual dos recursos materiais e simbólicos existentes.

Espero ter atingido, ainda que de forma incompleta, o objetivo desta pesquisa de elucidar um dos aspectos da disputa argumentativa em torno da implementação do sistema de cotas no acesso ao ensino superior público, ou seja, aquele que tange em relação às percepções acerca do conceito de mérito. Com relação à questão sociológica das implicações sociais, econômicas, culturais e políticas da utilização e da defesa do mérito e da meritocracia, enquanto práticas avaliativas ou valores de referência, bem como das diferenças e similitudes das duas visões acerca dos conceitos, espero ter alcançado o primeiro passo para a crítica: a dúvida.

Com relação às hipóteses lançadas na introdução deste trabalho, acredito ter encontrado elementos para confirmar ambas. Tanto a defesa acirrada da meritocracia enquanto principio legítimo de hierarquização social está relacionada à legitimação da hierarquia social dada e a contraposição a mecanismos que se proponham a intervir na seleção de candidatos, desconsiderando suas trajetórias e origens sociais, aproximando-se assim da ideologia do atual pensamento liberal. Como, a defesa do sistema de cotas não reivindica uma ruptura com o conceito de mérito ou com o sistema meritocrático de hierarquização social dos indivíduos, apenas exige, para a correção desse sistema ou para a aplicabilidade do conceito, que sejam observadas as desigualdades sócio-culturais e

econômicas as quais se encontram submetidos os indivíduos.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Pierre Souto Maior Coutinho de. Sistemas de cotas. Revista Eletrônica PRPE, outubro de 2004. Disponível em: <www.prpe.mpf.gov.br/internet/content/download/1675/14871/file/Amorim%20-%20Sistema%20de%20cotas.pdf>. Acesso em: 15 maio 2009.

BARBOSA, Livia. *Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROZO, Paulo Daflon. A Idéia de Igualdade e as Ações Afirmativas. *Lua Nova*, n.63, p. 103-141. 2004.

BECKER, Fernando. As diferenças sociais não se resolvem com soluções milagrosas. IHU On-Line, São Leopoldo, p. 14-17, n.113, ano 4. 30 de agosto de 2004. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihu_online/uploads/edicoes/1158264377.04word.doc>. Acesso em: 10 de abril de 2009.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 5ª.ed. Brasília: Ed. da Unb, 2004. 2 v.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato. (Org.) *Pierre Bourdieu*. Grandes cientistas sociais, 39. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude; *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

BRASIL. Constituição (1988). Brasília: Senado Federal, 1988.

CUNHA, Jorge Luiz da; OLIVEIRA, Luciano Machado de; LINS, Luiza Cristina de Oliveira; STEFANELLO, Matheus. As políticas públicas e os movimentos sociais: a importância do movimento social negro na promoção da educação e construção da cidadania. Núcleo de Estudo sobre Educação e Memória – CLIO/UFSM. II Simpósio Internacional - V Fórum Nacional de Educação. 2008. (Simpósio). Disponível em: <http://forum.ulbratorres.com.br/2008/mesa_resumo/MESA%204B%20-%20OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2009.

DOLABELA, Fernando. *Oficina do Empreendedor*. São Paulo: Cultura Editores, 1999.

FACEIRA, Lobelia da Silva. Programa Universidade para Todos: política de inclusão acadêmica e social. Disponível em: <<http://www.castelobranco.br/pesquisa/vol7/PDFs/06.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2009.

FAUSTO, Antonio. Cotas raciais no jogo anti-racismo. *Revista Afirmativa Plural*. p. 28-35. Agosto / Setembro 2007. Disponível em: <<http://www.afrobras.org.br/pdf-afirmativa/20-04.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2009.

FERREIRA, Ricardo Franklin; MATTOS, Ricardo Mendes. O Afro-Brasileiro e o Debate Sobre o Sistema de Cotas: Um Enfoque Psicossocial. *Psicologia Ciência e Profissão*, v.16,

n.1, p. 46-63, 2007.

GROS, Denise. Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República. Teses FEE nº 6, 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. Ed. 34, 1999.

HIRSCHMAN, Albert O. *A Retórica da Intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

KOSLINSKI, M. C; COSTA, M. . Entre o mérito e a sorte: escola, presente e futuro na visão de estudantes do ensino fundamental do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 133-154, 2006.

LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário Luft*. São Paulo: Ática.1998. 14 ed.

MARX, Karl; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1979.

MARQUES, Pamela Marconatto. A meritocracia atrasando a inclusão. Site do Curso de Direito da UFSM. Santa Maria-RS. Disponível em: <http://www.ufsm.br/direito/artigos/opiniao/meritocracia_inclusao.htm>. Acesso em: 24.JUN.109

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha; CLEMENTE JÚNIOR, Paulo Eugênio. Políticas Públicas e Políticas Identitárias: Uma etnografia da adoção das cotas na UERJ. Disponível em: <http://urtau.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/Artigo2005005.pdf>. Acesso em: 15 maio 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, p. 227-278. Setembro, 2005.

SANTOS, Sales Augusto dos. Ação afirmativa e mérito individual. In: SANTOS, Renato Émerson dos; LOBATO, Fátima (Orgs.). *Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 83-125.

SILVA, Antônio Ozaí da. Por que a Universidade resiste às cotas raciais? *Revista Espaço Acadêmico*, n. 65. outubro, 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/065/65ozai.htm>>. Acesso em: 15 de maio de 2009.

SILVA, Juremir Machado da. [Cotas e Meritocracia]. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 2 de julho 2007.

SILVA, Luiz Fernando Martins da. Sobre a implementação de cotas e outras ações afirmativas para os afro-brasileiros. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3823>>. Acesso em: 15 de maio de 2009.

STEIL, Carlos Alberto (org.). *Cotas raciais na Universidade: Um debate*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. (Síntese Contemporânea)

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Sítios da Internet consultados:

ACLAME. Disponível em: <<http://lead.cap.ufrgs.br/imposto/aclame.php>>. Acesso em: 15 de julho de 2008.

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE. <www.midiaindependente.org>. Acesso em: julho-dezembro de 2008.

CONTRA AS COTAS NA UFRGS. Disponível em:
<<http://www.contracotas.blogspot.com/>>. Acesso em: [julho/dezembro] de 2008.

COTAS NA UFRGS JÁ! Disponível em: < <http://ufrgsprocotas.noblogs.org/> >. Acesso em: [julho/dezembro] de 2008.

ESCOLA SEM PARTIDO. Disponível em:
<<http://www.escolasempartido.org/index.php?id=>>. Acesso em: julho de 2008.

FÓRUM UNIVERSIDADE LIVRE. Disponível em:
<www.forumuniversidadelivre.blogspot.com>. Acesso em: [julho/outubro] de 2008.

G1. Site de notícias em meio eletrônico da empresa Globo. Vestibular
<www.g1.globo.com/Noticias/Vestibular/>. Acesso em: julho-dezembro de 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 de julho de 2008.

INSTITUTO FRIEDRICH NAUMANN PARA A LIBERDADE. Disponível em:
<<http://www.ffnbrasil.org.br/novo/secao=BD&codigo=8>>. Acesso em: 15 de julho de 2008.

INSTITUTO GOETHE. Disponível em: <<http://www.goethe.de/ins/br/poa/ptindex.htm>>.
Acesso em: 15 de julho de 2008.

INSTITUTO LIBERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.il-rs.org.br/site/home.php>>. Acesso em: 15 de julho de 2008.

MOVIMENTO ESTUDANTIL LIBERDADE. Disponível em:
<<http://movimentoestudantiliberdade.blogspot.com>>. Acesso em: [julho/dezembro] de 2008.

ORDEM LIVRE. Disponível em: <<http://www.ordemlivre.org/>>. Acesso em: 15 de julho de 2008.

ORKUT. Comunidades. Chega de tanto imposto. Disponível em:
<<http://www.orkut.com.br/Community.aspx?cmm=6978699>>. Acesso em:
[julho/dezembro] de 2008.

ORKUT. Comunidades. Contra cotas na UFRGS! Disponível em:
<<http://www.orkut.com.br/Community.aspx?cmm=19276353>>. Acesso em:
[julho/dezembro] de 2008.

ORKUT. Comunidades. Cotas para negros é racismo. Disponível em:
<<http://www.orkut.com.br/Community.aspx?cmm=5686041>>. Acesso em:
[julho/dezembro] de 2008.

ORKUT. Comunidades. Meritocracia. Disponível em:
<<http://www.orkut.com.br/Community.aspx?cmm=307033>>. Acesso em: [julho/dezembro]

de 2008.

ORKUT. Comunidades. UFRGS. Disponível em:

<<http://www.orkut.com.br/Community.aspx?cmm=23985>>. Acesso em: [julho/dezembro] de 2008.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO. Disponível em: <www.trf4.jus.br>. Acesso em: 10 de out. De 2008.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

ANDIFES. Pesquisa do Perfil socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES. Disponível em:

<http://www.andifes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=213&Itemid=27>. Acesso em: 25 de nov. De 2008.

BOTTOMORE, T. e OUTHWAIT, W. *Dicionário do Pensamento Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

CATTANI, Antonio. David. ; HOLZMANN, Lorena. *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. v. 1.

CATTANI, Antonio David (Org.) ; DIAZ, L. M. (Org.). *Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

COIMBRA, C; LEITÃO M. B. Das essências às multiplicidades: especialismo psi e produções de subjetividade. *Psicologia & Sociedade*, v. 15, n.2, p. 6-17. jan./jul. 2003.

FARIA, J. E. C. O. Direitos humanos e globalização econômica: notas para uma discussão. *Direito, Estado e Sociedade*, São Paulo, n. 12, p. 105-116, 1998.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala* : formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 50. ed. rev. São Paulo: Global, 2005.

GIANNOTTI, José Artur. O mérito do poder e o poder do mérito. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 66, n. 154, p.502-506., set./dez. 1985.

GIDDENS, Antony. *Sociologia*. P. Alegre: Artmed, 2005.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000. v. 6.

HASELER, Stephen. *The super-rich – The unjust new world of global capitalism*. Londres: Macmillan Press, 2000.

HTUN, Mala. A política de cotas na América Latina. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 225-230. 2001.

LARANJEIRA, Sônia Guimarães. *Mobilidade Social: (comentário crítico)*. [S.I. n.i.] v. 2, p.95-107.

MEDEIROS, Marcelo. *O que faz os Ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2005. v. 1.

MINELLA, Ari. Ensaio, FEE. (15)2:505-546. 1994.

NEVES, Paulo S. C.; LIMA, Marcus Eugênio O. Percepções de justiça social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 nov. 2008.

RÉGNIER, Karla V. D. O que conta como mérito no processo de seleção de gerentes executivos. Tese de doutorado – Instituto de Sociologia e antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2006.

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Política & Trabalho. Nº 22 abril de 2005.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Raça, classe e mobilidade social no Brasil. Dados (Rio de Janeiro), 2006. Disponível em:< www.iuperj.br/site/carloscr/textos/raca.pdf>. Acesso em: 15 maio 2009.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz; SOUSA, Ana Inês (org.). Práticas Pedagógicas e a Lógica Meritória na Universidade. *Coleção Grandes Temas do Conexões de Saberes*. Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2006.

ZARUR, George de Cerqueira Leite. *Família e Mérito*: Processo de Formação de Grupos na Cultura e na Ciência Brasileira. Fórum Educacional Brasileiro, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas v. 14, n. 2. Mar./maio 1990.

ANEXOS

Como dado ilustrativo do posicionamento ideológico, trago aqui excertos extraídos dos sites referidos pelo “blog” do Movimento Estudantil Liberdade, no intuito de correlacionar com o trabalho de Denise Grós acerca do papel e da ideologia dos “Institutos Liberais no Brasil”.

NOSSOS TEMAS PRINCIPAIS DE 2008 – 2011 SÃO:

-LIBERDADE E PROPRIEDADE

Propriedade privada e sua proteção através da ordem jurídica é uma importante condição para o bem-estar e para o crescimento econômico e, a partir daí, para uma sociedade civil consciente. Frente a uma grande disseminação do preconceito, a proteção da propriedade privada serve especialmente às classes mais pobres da população e lhes possibilita a saída da pobreza através do próprio trabalho. Por isto, nós defendemos uma melhoria da proteção à propriedade privada em todos os países onde temos projetos.

-LIBERDADE E SOCIEDADE CIVIL

No centro de uma sociedade civil livre estão os cidadãos ativos e suas organização voluntária. Somente eles, e não burocracias estatais, tornam a liberdade viável e a asseguram por longo tempo. Por isto, nós apoiamos nossas instituições parceiras no mundo todo a incentivar pessoas e a assumir responsabilidades.

-LIBERDADE E ESTADO DE DIREITO

Somente um Estado de Direito pode preencher duradouramente o núcleo das atividades que são obrigações do Estado: assegurar a liberdade, a segurança e a propriedade de todas as pessoas. Hoje existe mesmo nas Democracias ocidentais a tendência de se sacrificar muito facilmente os princípios do Estado de Direito em favor de outros objetivos. Por isto é uma obrigação de uma Fundação liberal, defender e fortalecer estes princípios em cada ordem livre”. (<http://www.ffn-brasil.org.br/novo/?secao=BD&codigo=8>¹⁴.)

“A imensa maioria dos educadores, contudo, quando não ignora culposamente o problema, se recusa a admiti-lo - por cumplicidade, conveniência ou acomodação. EscolasesPartido.org foi criado para mostrar que esse problema não apenas existe, como está presente, de algum modo, em praticamente todas as instituições de ensino do país. Com esse objetivo, colocamos à disposição de estudantes universitários e do nível médio um espaço no qual poderão expressar suas opiniões sobre professores, livros e programas curriculares que ignoram a radical diferença entre educação e doutrinação. Se você sente que seus professores estão comprometidos com uma visão unilateral,preconceituosa ou tendenciosa das questões políticas e sociais; se percebe que outros enfoques são por eles

14 “O Instituto Friedrich Naumann para a Liberdade é a representação no Brasil da [Friedrich-Naumann-Stiftung für die Freiheit](#) e conta atualmente com cinco parceiros para o fomento e a difusão das idéias liberais em diferentes setores da sociedade.

desqualificados ou ridicularizados e que suas atitudes, em sala de aula, propiciam a formação uma atmosfera de intimidação incompatível com a busca do conhecimento; se observa que estão engajados na execução de um projeto de engenharia social, que supõe a implementação de uma nova escala de valores, envie-nos uma mensagem relatando sua experiência (acompanhada, se possível, de elementos que possam comprová-la). Ajude-nos a promover a liberdade de pensamento e o pluralismo de idéias nas escolas brasileiras.” (<http://www.escolasempartido.org/index.php?id15>)

“ACLAME - Somos uma ONG, sediada em Porto Alegre, com atuação na valorização da livre iniciativa, no desenvolvimento sustentável e na promoção da justiça tributária. Nossa proposta é criar um espaço de formação e opinião para as pessoas da classe média, que ao longo das últimas décadas contribuíram significativamente para a manutenção do status sócio, político e econômico do país e que não estão tendo seus compromissos atendidos. Fatores que nos prejudicam: O comodismo e o isolamento assumido pela classe média brasileira, principalmente nas últimas duas décadas. A classe política há muito tempo deixou de se preocupar com os interesses da classe média, porque se tornou demagógica e preocupada apenas com votos, colocando em segundo plano programas de desenvolvimento sérios e comprometidos com o futuro. A ausência histórica de profissionalismo na condução das ações de interesse público, por parte dos partidos governantes, transformando órgãos públicos e empresas estatais em "braços" do partido e a falta de compromisso com a aplicação de políticas públicas de longo prazo, tem nos colocado à mercê das ondas, muito mais por apatia e comodismo nosso do que por intenção premeditada.” (<http://lead.cap.ufrgs.br/imposto/aclame.php> (<http://www.aclame.com.br>))

Fora esquerdalha, o MEL vem aí!

No dia 17/05 (sábado) houve mais um grande encontro do Movimento Estudantil Liberdade, reunindo dezenas de colegas de vários cursos, entre os quais alguns que ingressaram na UFRGS através de decisões judiciais contra as cotas, além de representantes de diversos DAs e CAs.

Resoluções do Encontro:

- 1- Lançamento do Informativo/2008 do MEL, que deverá começar a ser distribuído nos próximos dias (e que vai pautar as discussões na Universidade neste ano);
- 2- O MEL vai continuar crescendo como única força apartidária de oposição aos esquerdistas (que atualmente controlam o DCE) e se organizando com base nos princípios da PLURALIDADE, TRANSPARÊNCIA e busca de BENEFÍCIOS (Movimento de Resultados);
- 3- O MEL vai continuar lutando contra a partidarização, a falta de transparência e a ineficiência, que são as principais marcas da atual gestão do DCE (aparelhado pelos

15 **Apresentação** Numa sociedade livre, as escolas deveriam funcionar como centros de produção e difusão do conhecimento, abertos às mais diversas perspectivas de investigação e capazes, por isso, de refletir, com neutralidade e equilíbrio, os infinitos matizes da realidade. No Brasil, entretanto, a despeito da mais ampla liberdade, boa parte das escolas, tanto públicas, como particulares, lamentavelmente já não cumpre esse papel. Vítimas do assédio de grupos e correntes político-ideológicas com pretensões claramente hegemônicas, essas escolas se transformaram, nos últimos anos, em meras caixas de ressonância das doutrinas e das agendas desses grupos e dessas correntes (segue, vide apêndice)

militantes do PSOL);

4- O MEL vai continuar defendendo a EXCELÊNCIA na Universidade, o MÉRITO como critério de ingresso (contra a demagogia das cotas) e o ensino voltado para o EMPREENDEDORISMO;

5- O MEL vai intensificar a sua atuação através dos RDs, buscando sempre informar aos estudantes sobre tudo o que ocorre nos Conselhos da Universidade;

6- O MEL vai concorrer ao DCE e aos Conselhos de Representação Discente em 2008, através da Chapa DCE LIVRE, apresentando uma nominata ainda maior e mais representativa que no ano passado.

Portanto... TREMAM ESQUERDISTAS!!!”

(<http://movimentoestudantiliberdade.blogspot.com>)